

A CIDADANIA CONTRA A CRISE

Mercado de trabalho, novos movimentos sociais, políticas de desenvolvimento: estas são as palavras-chave da *VeZ e Voz* que ora se edita. Poderiam ser outras? Certamente que sim, mas dificilmente teriam tanta atualidade e importância. Perante o assustador número de desempregados em Portugal (18,2% da população ativa, caminhando rapidamente para os 20%), é manifesta a intensa contestação, multiplicada por formas diferenciadas de expressão e pela tomada da palavra por grupos de cidadãos e por novos movimentos sociais que põem em causa o modelo de desenvolvimento social em vigor e que reivindicam novas oportunidades de vida, outras formas de sociabilidade, e renovadas políticas de desenvolvimento. É importante, nestas circunstâncias, procurar soluções, porque há sempre mais do que uma saída, e o debate sobre alternativas constitui a própria natureza da democracia.

VeZ e Voz participa neste debate, não no sentido de produzir uma receita mágica para a crise, mas de ajudar a construir caminhos de mudança, através do seu modo próprio, que é o de divulgar estudos e experiências que põem em destaque o desenvolvimento local enquanto meio diferenciado de garantir o progresso social, de promover a democracia participativa e de contribuir para o bem-estar das comunidades.

Com efeito, perante a crise que dilacera a sociedade portuguesa, poucas vezes se terá posto em devido destaque o papel das associações do desenvolvimento local (ADL) na construção de laços sociais sólidos, capazes de proteger as comunidades, e na promoção de formas de economia social e solidária que criem emprego e contribuam para relações económicas socialmente justas, ecologicamente sustentáveis e favorecedoras do progresso e bem-estar. Esse papel, que a *Animar* representa e promove, pode ser decisivo quanto todas as esperanças parecem desmoronar-se face à desindustrialização galopante, à destruição de postos de trabalho,

à ameaça que impende sobre os serviços públicos, à destruição do estado social e à dissolução dos laços de solidariedade intergeracional pela restrição do trabalho dos mais jovens, a pobreza de tantos adultos e o abandono dos mais velhos.

As dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelas ADL contribuem para que as populações se sintam mais coesas e solidárias, afirmem a sua identidade como sujeitos do seu próprio presente, atribuem poder às comunidades, previnem e socorrem as situações de maior carência e isolamento social e contribuem efetivamente para o progresso económico e a criação de emprego. É certo que uma crise global, que abala os alicerces da sociedade contemporânea, é demasiado forte para poder ser debelada pelas dinâmicas locais; exige, de facto, respostas globais. É também certo que as próprias ADL são afetadas pela crise, a qual põe severamente em causa a sua sustentabilidade. Mas é inegável que as dinâmicas locais de desenvolvimento sendo, em si mesmas, respostas limitadas mas inestimáveis de defesa das populações perante a crise, são também indiciadoras de caminhos que enunciam outras formas de conceção da economia, mais incrustada na sociedade, de ação política, mais participativa, e democrática, e de recomposição do tecido social, mais igualitário e inclusivo.

O presente número da *VeZ e VOZ* enuncia, nos artigos de reflexão teórica e nos relatos de projetos que corporizam práticas de intervenção inovadoras, linhas seguras de construção da alternativa que constitui o desenvolvimento local. Aliás, recentemente, a sociedade portuguesa reconheceu-o igualmente, no ato simbólico que constitui a aprovação, por unanimidade, da lei da economia social na Assembleia da República. O consenso conseguido é significativo. Mas será insuficiente se não se traduzir numa regulamentação adequada e efetivamente direcionada para a promoção da economia social, reconhecendo de forma justa o papel das ADL e outras organizações sociais.

Este número foi preparado e dirigido pela direção da Animar que cessou o seu mandato em dezembro de 2012. Fica como o testemunho de uma linha de orientação genuinamente apostada na promoção das comunidades que dão sentido à rede Animar e que tem continuidade e desenvolvimento no esforço de todos por fazer do desenvolvimento local o eixo de uma alternativa ao empobrecimento, ao enfraquecimento da vida democrática e à rutura social.

MANUEL JACINTO SARMENTO

VEZ E VOZ

Revista da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Director

Rogério Roque Amaro

Coordenador

Manuel Jacinto Sarmento

Edição e Imagem

António Barata

Correspondência

Rua Antero de Quental
Bairro Olival de Fora
Edif. Ninho de Empresas
2615-640 VIALONGA

Telef.: 21 952 74 57
Fax: 21 952 60 12
animar@animar-dl.pt
www.animar-dl.pt

ISSN: 1646-852X

Impressão

Tondelgráfica
Rua Abel Lacerda
3400 TONDELA

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição gratuita aos associados da rede Animar

As opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores

**COLABORARAM
NESTE NÚMERO**

ANA PAULA MARQUES
ANDRÉ VIZINHO
ANTÓNIO PEDRO DORES
CÉLIA LAVADO
EDUARDO FIGUEIRA
FILIPA PIMENTEL
GIL PENHA-LOPES
JOSÉ JOÃO RODRIGUES
LILIANA SIMÕES
MANUEL JACINTO SARMENTO
MARCO MARQUES
MIGUEL AMARAL
PAULA MONTEZ
RAQUEL GONÇALVES
SARA ROCHA
TAIPA
TÂNIA GASPAR
TIAGO GILLOT

EDITORIAL

1 A cidadania contra crise
Manuel Sarmento

MERCADO DE TRABALHO

4 "Novas" legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados
Ana Paula Marques

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

25 Crise, Democracia e vontade popular
- Entrevistas:
Sara Rocha
Paula Montez
André Vizinho, Gil Penha-Lopes, Filipa Pimentel

31 - Comentário: Mudar o mundo
António Pedro Dores

REDE ANIMAR 2012

36 As Redes Colaborativas de Produção e Emprego Local
José João Rodrigues

41 - Testemunhos
Liliana Simões (ADSCCL)
TAIPA

GERAÇÃO COOP

42 Cooperativismo - também uma forma de criar autoemprego
Tânia Gaspar

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

45 Ruralidade
Eduardo Figueira

54 Animar o mundo rural
Célia Lavado, Marco Marques, Miguel Amaral, Raquel Gonçalves, Tiago Gillot

59 REGISTO

“NOVAS” LEGITIMIDADES
DE SEGMENTAÇÃO DO
**MERCADO
DE TRABALHO**
DE JOVENS
DIPLOMADOS¹



Ana Paula Marques* *Socióloga*

ONTEM COMO HOJE A DIALÉCTICA DO TRABALHO E EMPREGO EXPRESSA PROFUNDOS CONTRASTES. NESTE CONTEXTO, A EMPREGABILIDADE, ENTENDIDA COMO A PROBABILIDADE DE ACEDER E MANTER-SE NO MERCADO DE TRABALHO, PÕE EM JOGO MÚLTIPLOS ASPECTOS QUE SE PRENDEM COM AS QUALIFICAÇÕES INDIVIDUAIS E PROFISSIONAIS DOS QUE PROCURAM UM EMPREGO. AO MESMO TEMPO, A EMPREGABILIDADE REVESTE-SE DE DIMENSÕES COLECTIVAS E DESIGUAIS, TENDO EM ATENÇÃO AS INFLEXÕES LOCAIS DO CONTEXTO MACROECONÓMICO NO QUAL SE EFECTUA A PROCURA DE EMPREGO, AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA DAS EMPRESAS E AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ENSINO SUPERIOR E DE EMPREGO E FORMAÇÃO.

No quadro do projecto “MeIntegra - Mercados e Estratégias de Inserção de Jovens Licenciados”², os diagnósticos realizados a licenciados e dirigentes/responsáveis pelos recursos humanos permitiram-nos, por um lado, analisar a empregabilidade dos jovens licenciados provenientes de várias fileiras científicas contrastantes entre si, nomeadamente, “Tecnologia e Engenharia” e “Humanidades e Ciências Sociais”, bem como as modalidades de inserção nas empresas, em particular no que diz respeito às práticas de recrutamento e selecção e às competências transportadas/legitimadas pelas empresas/organações detentoras de quadros superiores. Mais

* Prof.^a Associada, com Agregação, do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.

recentemente, no âmbito do projecto “O potencial de empreendedorismo na Universidade do Minho: Carreiras após o ensino superior” (2010/12)³ foi-nos possível reforçar algumas das principais tendências de transformação relacionadas com as estratégias de inserção profissional dos jovens diplomados. Em particular, enunciam-se aí os “novos” riscos associados à empregabilidade no que diz respeito às modalidades vinculação contratuais dominantes (Marques, 2012).

Neste artigo, iremos destacar os efeitos das estratégias de flexibilização prosseguidas pelas empresas nas vertentes produtiva, formativa, funcional, salarial, duração do horário de trabalho e vínculo laboral. As “novas” legitimidades que segmentam estes jovens quadros alicerçam-se cada vez mais na prática de desregulamentação das relações de trabalho e emprego e nas políticas empresariais seguidas pela maioria das empresas que expõe a uma crescente precarização grupos sociais que investiram na sua formação profissional e académica, em particular de nível superior. Os jovens são, por conseguinte, confrontados com o desafio de aceitarem a incerteza e de a usarem como um efectivo recurso para a acção, isto é, de adquirirem uma certa (ins)estabilidade identitária que forneça um sentido de temporalidade biográfica plausível. Tal passa pela interiorização de uma cultura de iniciativa empresarial, empreendedora e criativa, assente num elevado grau de transferabilidade do valor das qualificações académicas, competências e orientações culturais de formação técnico-científica superior. Porém, será importante perceber que tal não se traduz na exclusividade de apresentarem um projecto empreendedor no sentido de criação de empresa/negócio ou auto-emprego. Esta dimensão de cariz mais empresarial, que se tem convertido sobretudo numa retórica discursiva política e ideológica, visível na emanação de programas e medidas de incentivo ao empreendedorismo, tem ofuscado ou mesmo secundarizado, o sentido mais amplo e transversal do que se entende por cultura de inovação e criatividade necessária na

configuração de projectos de profissionalização. Há ainda um insuficiente conhecimento e informação substantiva sobre as estruturas motivacionais que condicionam carreiras profissionais assentes numa actividade empreendedora, pelo que será importante desenvolver estudos de enfoque multidisciplinar que restitua a multidimensionalidade inscrita nas trajectórias de transição da universidade para o mundo de trabalho.

1. ENSINO SUPERIOR E TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

As relações entre a formação académica e o mercado de trabalho têm sido centrais nos debates públicos (políticos, formativos e científicos) nas últimas décadas. A escolha dos enfoques privilegiados nestes debates depende, em grande medida, da agenda política da maior parte das economias avançadas (cf. Pedroso *et al.*, 2005). A complexidade que persiste na análise das relações entre o ensino superior e o mundo de trabalho (Tanguy *et al.*, 1986) introduz desafios que exprimem, por um lado, o que é comum à maioria das sociedades modernas e, por outro, o que de específico as caracterizam (Teichler, 2009, 2007). Sabe-se que, até então, as políticas públicas têm seguido certos objectivos no sentido de actuar sobre o sistema educativo para ampliar e melhorar as oportunidades de educação profissional regulada, tanto no escalão secundário, como no pós-secundário (com a reintrodução do ensino técnico e tecnológico no secundário) e no superior, de modo a cumprir as exigências, além de outras, de empregabilidade e de internacionalização previstas pela *Declaração de Bolonha*. Apesar de diferentes abordagens consoante os países considerados, a maioria deles confronta-se actual-

A maioria dos percursos profissionais caracteriza-se hoje pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego

mente com problemas e desafios sensivelmente idênticos no que diz respeito aos efeitos (im)previsíveis das transformações recentes do sistema de ensino superior. De uma forma esquemática apontam-se as seguintes transformações registadas nas últimas décadas ao nível do sistema de ensino superior: i) extensão do tempo passado no sistema educativo (formação inicial e ao longo da vida); ii) feminização crescente das fileiras de estudo; iii) diversidade do leque de ofertas de formação, com particular incidência para os cursos de cariz profissional; iv) crescente desfasamento das representações e expectativas dos jovens perante trajectórias complexas e prolongadas no tempo e no espaço; v) inclusão nas primeiras experiências profissionais de situações cada vez mais híbridas de formação, estágio, emprego, desemprego, inactividade, entre outras, sem que

configure um padrão de linearidade contínua; e vi) adiamento da entrada no mercado de emprego e conseqüente dessincronização dos vários eixos de emancipação em torno da esfera profissional, familiar e pessoal. A expansão do ensino superior em muitos dos países e o aumento progressivo de diplomados têm sido acompanhados por evidências empíricas da possibilidade de obtenção de um emprego qualificado se encontrar relacionado com a detenção de níveis de escolaridade superiores (Smyth *et al.*, 2001; Machin and

MacNally, 2007). Por sua vez, a posse do diploma apresenta-se como um dos requisitos importantes para a transição profissional com impactos no trabalho e emprego⁴. Com efeito, os empregadores ao recrutarem este tipo de mão-de-obra privilegiam a abertura a conhecimentos e processos inovadores que constituem uma oportunidade para a qualificação organizacional. É admissível que a presença de jovens qualificados no mercado de trabalho estimule



a sua procura por parte das empresas, em particular as que se apoiam nas tecnologias de informação e comunicação, no conhecimento como matéria-prima.

Todavia, os resultados das investigações de cariz regional, nacional e internacional têm evidenciado que os percursos de inserção profissional não se apresentam uniformes e estáveis para a maioria dos seus detentores (Marques e Alves, 2010; M. Alves, 2007; Chaves, 2007; N. Alves, 2005; Teichler, 2007; Muller & Gangl, 2003; Crysdale, King, Mandell, 1999). Desde logo, a taxa de desemprego no grupo etário dos 25 a 35 é proporcionalmente mais elevada do que para os trabalhadores com idades mais avançadas, o que significa que, na transição para o mercado de trabalho, muitos dos jovens com diploma passam por períodos de desemprego e inatividade, em especial as mulheres quando comparadas com os seus

colegas do sexo masculino. No quadro da desregulação da relação salarial e conseqüente expansão de modalidades de trabalho e emprego não permanentes⁵, registam-se fenómenos de subemprego, desemprego, entre outros, que remetem para uma crescente vulnerabilidade e precariedade, com particular incidência junto de jovens licenciados (Brannen *et al.* 2002). Igualmente, o debate sobre o tempo de trabalho não deixa de contemplar, em concreto, a crescente desconexão dos ritmos sociais nas outras dimensões da vida extra-profissional. A flexibilidade de horários, as horas entrecortadas no dia e dispersas pela semana, concorre para vivências e representações de um tempo descontínuo, de um tempo que apresenta exigências conflituais e, por vezes, inconciliáveis para a maioria dos jovens em início e/ou em fase de estabilização profissional.

Neste contexto, também a inserção profissional se

transformou nas últimas décadas, não se reduzindo mais a um momento neutro e linear de passagem, de cariz individual – longe da representação economicista dominante até aos anos setenta do século XX. Pelo contrário, a maioria dos percursos profissionais caracteriza-se hoje pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego (Webster, Lambert & Bezuidenhout, 2008). Por sua vez, enquanto processo multidimensional (formativo, profissional e geracional) e multi-estatutário (*e.g.* empregado, estagiário, bolsheiro, inactivo, formando), a inserção profissional dos licenciados passa cada vez mais pela capacidade de estes construírem o seu “projecto” profissional e deterem uma “empregabilidade permanente” (Marques, 2001) como forma de se inserirem e se manterem no mercado de trabalho. Com efeito, perante as transformações da economia e das estruturas e modalidades de trabalho e emprego, as exigências de qualificações diversas e flexíveis têm contribuído para que o sistema de ensino se aproxime da realidade empresarial, quer pela renovação dos conteúdos dos *curricula*, quer pela antecipação de novos saberes e competências por parte dos trabalhadores.

É crucial perceber que um “diploma” não representa uma garantia absoluta de acesso a um emprego. Porém, a sua ausência fragiliza e estigmatiza a capacidade de inserção profissional do jovem licenciado, bem como o seu poder de negociação e de reconhecimento das qualificações académicas. Com efeito, sabe-se que, na altura de procurar um emprego, para além dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, há a percepção de que as notas conseguidas de pouco valem no mercado de trabalho

A proliferação de formas diferenciadas de trabalho e emprego, acompanhada pela descontinuidade do vínculo laboral, apresenta-se como um traço que caracteriza as modalidades de acesso ao mercado de trabalho

perante o potencial de competências que ainda se tem a desenvolver. Igualmente, sabe-se que persistem flagrantes assimetrias quanto às oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho que urge corrigir⁶.

Porém, se a proliferação de diplomas profissionais a todos os níveis de qualificação permite a expansão da actividade económica, também introduz uma complexidade acrescida na mobilização de critérios de recrutamento e de sinalização das competências do trabalhador. Com efeito, o processo de recrutamento e selecção torna-se cada vez mais rigoroso e controlado. Tudo são provas de aptidões e competências: desde a entrevista ao currículo, onde cada gesto é um indício, cada acto comunicacional uma demonstração. Esta fluidez no domínio das competências comportamentais e relacionais permite estratégias diversificadas de negociação e legitimação no mercado de trabalho. A modelação de práticas daí resultantes assenta numa avaliação individual, visível desde a negociação no momento de recrutamento ao

desempenho profissional, a qual inclui, também, a flexibilização dos horários, a dupla “grelha salarial”, os prémios diversificados, os contratos de trabalho “abertos”. Neste contexto, da parte das entidades empregadoras observa-se uma tendência ora para a flexibilização da mão-de-obra, ora para práticas de resistência perante novos recrutamentos. A este nível, regista-se um aumento significativo das modalidades de trabalho sem vínculo permanente (a termo, prestação de serviços, sazonal, pontual ou ocasional), bem como vivência de períodos de desemprego e inactividade por parte de jovens detentores de níveis de qualificação superior⁷ (Marques, 2009, 2007).

2. JOVENS FLEXÍVEIS, PRECÁRIOS TRABALHADORES

Hoje, no acesso a um emprego pode-se assumir estatutos contratuais diversificados: trabalhador precário (e.g. contrato a termo certo/incerto; temporário, prestação de serviços, *part-time*), trabalhador independente, estagiário, bolsheiro de investigação. Esta proliferação de vínculos contratuais não permanentes contribui para uma fragmentação estatutária que tem vindo a atingir, nos últimos anos do século XX, grupos diversificados de trabalhadores, incluindo

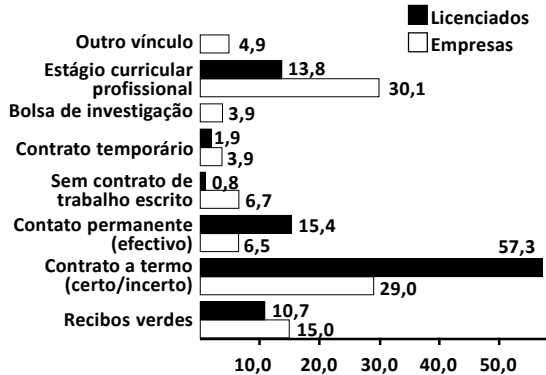
do jovens quadros qualificados (Marques, 2007; Kóvacs, 2006a; Rebelo, 2003). Estes não se encontram imunes às actuais pressões para a adopção de diversas práticas de flexibilidade por parte das organizações em causa. Com efeito, esta prática de flexibilização laboral, sobretudo quantitativa, configura-se como a principal estratégia seguida pelas empresas no sentido de responder às exigências de globalização e competitividade das economias. Nesta análise iremos considerar, sobretudo, as seguintes dimensões onde se inscrevem as práticas empresariais que visam a flexibilidade: *i)* dimensão da *flexibilidade numérica*; *ii)* dimensão da *flexibilidade salarial*; e *iii)* dimensão da *flexibilidade temporal*.

2.1. Flexibilização do vínculo laboral

A proliferação de formas diferenciadas de trabalho e emprego, acompanhada pela descontinuidade do vínculo laboral, apresenta-se como um traço que caracteriza as modalidades de acesso ao mercado de trabalho (cf. gráfico 1). Com efeito, a este nível de informação, ao se comparar⁸ a relação entre os vínculos contratuais dos licenciados com os que têm sido praticados pelas empresas nos últimos anos, corrobora-se a presença maioritária do contrato a termo para as empresas, o que é sintomático de uma prática de flexibilização numérica da gestão da mão-de-obra. Assim, nos últimos anos, as empresas, quando contratam algum novo licenciado, recorrem às várias formas não permanentes de trabalho e emprego.



Gráfico 1- Vínculo contratual na óptica do licenciado vs. empresa (%)



Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MelIntegra (2006/07)

Na verdade, para além da presença do contrato a termo, a inserção no mercado de trabalho de licenciados passa, cada vez mais, por incluir outros vínculos, igualmente instáveis, tais como: estágio curricular/profissional, contrato de prestação de serviços sob a forma de “recibos verdes”, inexistência de qualquer contrato de trabalho escrito e, ainda, sob a forma de bolsa de investigação.

Com efeito, ao se recorrer à informação relativa sobre a condição perante o trabalho no projecto “O potencial de empreendedorismo”, os valores registados apontam para a corroboração daquela configuração laboral⁹. Reforça-se a condição de dependência contratual que caracteriza este segmento populacional, já que, em situação de emprego assalariado a tempo inteiro, se registam 66,8% dos jovens diplomados inquiridos. Porém, introduzem-se evidências empíricas de diversificação dos estatutos assumidos face aos valores registados nas posições de auto-emprego/empresário, 12,4%, de estudante, bolsheiro, estagiário, 10,8% e de trabalho em *part-time*, 1,1%. Se acrescentarmos ainda a percentagem dos que declaram estar desempregados (8,8%), então quase um terço da amostra dos diplomados (33,1%) encontra-se numa situação de precarização e descontinuidade dos vínculos laborais. Portanto, pode-se avançar com a tese da pluralidade

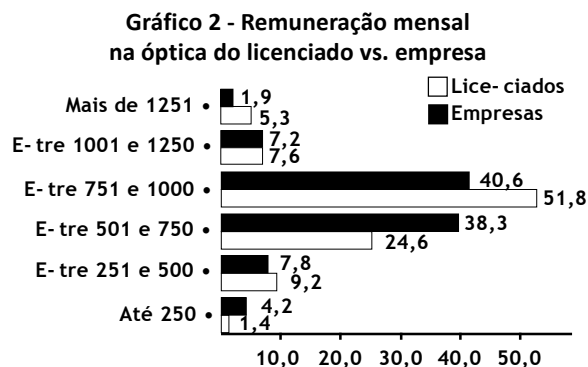
de de estatutos contratuais assumidos no início da actividade de jovens quadros, sendo que a instabilidade da relação de trabalho se apresenta como um traço dominante na actual geração. A flexibilidade laboral, sobretudo quantitativa, tem constituído a principal estratégia de gestão de recursos humanos seguida pelas empresas (Rebello, 2002; Rodrigues, 1991). Assim, a actual crise económica e financeira, em que a raridade de empregos e as exigências de competitividade internacional, agudiza ainda mais o fosso entre os que conseguem aceder e permanecer no mercado de trabalho e os que se vêem constringidos a assumirem empregos precários e a acumularem menores condições de qualidade no trabalho, levando no limite, à exclusão laboral. Certamente que estes posicionamentos no mercado de trabalho não deixam de estar associados aos “novos” riscos emergentes dos processos de individualização da relação de trabalho, das rupturas e indefinições de fronteiras de (in)actividade profissional e desestruturação dos eixos de emancipação que se prendem com a estabilidade financeira, familiar e afectiva, entre outros.

2.2. Flexibilidade salarial

Associado a uma lógica individualista e supostamente meritocrática que premeia o potencial de empregabilidade de cada trabalhador, designadamente o seu desempenho profissional, as suas competências e qualidades pessoais, observam-se, igualmente, práticas de flexibilização das remunerações auferidas pelos jovens quadros (cf. gráfico 2).

Considerando a remuneração mensal (incluindo subsídios de alimentação e transporte), as posições dos licenciados e das empresas divergem significativamente¹⁰. Com efeito, podemos considerar a remuneração média como sendo a que se situa entre os 751 e 1000 • para a maioria dos licenciados (51,8%), sendo que a empresa declara uma percentagem relativamente inferior (40,6%). A reforçar esta prática salarial assente em baixos salários, refirmam-se as percentagens assumidas no intervalo abaixo daquela remuneração que se situa entre 501 • e

750 •, em particular para as empresas: 38,3%, contra 24,6% para os licenciados.



Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MelIntegra (2006/ 07)

Tanto nos extremos inferiores como superiores dos intervalos salariais se verificam posições relativamente idênticas face aos licenciados e às empresas. Ora, considerando a difusão de modalidades de trabalho e emprego não permanentes neste grupo social, será importante analisar em que medida estas se encontram, ou não, relacionadas com a remuneração auferida. Esta questão assume particular relevância nesta dimensão analítica, já que um dos argumentos que têm sido avançados consiste na associação entre vínculos laborais precários e remunerações salariais baixas. Dos resultados obtidos pelas variáveis *vínculo laboral* e *remuneração* verifica-se, antes de mais, a existência de uma relação significativa entre as mesmas¹¹. Em seguida, através de uma análise de

correspondência binária foi-nos possível aferir da contribuição das categorias para a definição de dois eixos factoriais mais expressivos¹²: os vínculos contratuais declarados no início de uma actividade e a remuneração mensal auferida pelos licenciados. Da variabilidade explicada por este modelo, fica patente uma oposição clara entre os vínculos dos licenciados e as remunerações auferidas. Com efeito, sob a forma de estágio (curricular/profissional) e de recibos verdes, os salários praticados são manifestamente inferiores aos que recebem os licenciados que se encontram inseridos numa relação permanente de trabalho.

Esta flexibilização salarial parece ser legitimada pela avaliação individualizada dos conhecimentos e competências demonstráveis em contexto de trabalho dos recém-licenciados. Na verdade, a argumentação centrada na falta de experiência, por um lado, e no necessário período “provatório” em contexto de trabalho que permita ao empregador aferir do potencial do licenciado, por outro, tem contribuído para a difusão tanto destas alegadas novas modalidades contratuais, como para associá-las à prática de baixos salariais.



O outro lado desta questão prende-se, também, com as posições hierárquicas assumidas e as condições concretas susceptíveis de potenciar a subida na carreira (cf. Gráfico 3). Com valores residuais, verificamos que um licenciado poderá assumir uma posição de responsável por projecto ou obra (9,2%), assim como de adjunto ou assistente de direcção (8,6%). As empresas confirmam estes dados, apesar de estes exprimirem percentagens relativas superiores. Numa primeira análise verificamos uma certa confiança da empresa no licenciado pois, para além de o responsabilizar perante o projecto, poderá, também, atribuir-lhe uma responsabilidade mais formal (e talvez mais informalmente reconhecida) enquanto chefe de um departamento da organização. Convém acrescentar que esta “alegada” maior confiança da empresa no licenciado ao lhe atribuir posições hierárquicas superiores não se traduz numa diferenciação em termos salariais. Ou seja, a empresa confere-lhe maior responsabilidade, autonomia e capacidade de decisão, porém, nem sempre a essa posição hierárquica superior corresponde salários superiores.

A existência de horários que podem ir até às 60 horas indica uma tendência para a intensificação da jornada de trabalho

Tendo presente de que se trata de jovens recém-licenciados em início de uma carreira, a posição mais frequente ocupada nas empresas equivale à de “técnico superior” (56,4%). Porém, é de realçar a posição declarada pelos licenciados que se distribui de forma relevante entre “técnico superior”

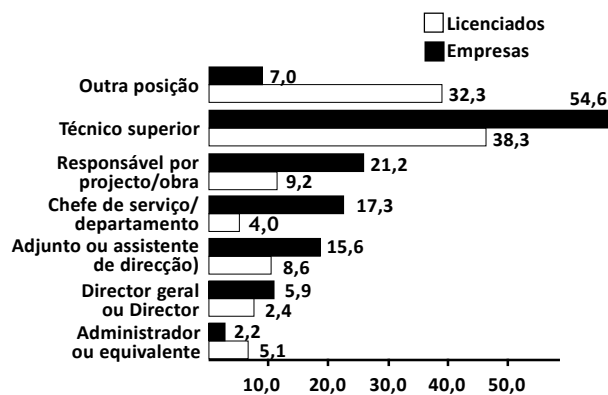
(38,3%) e a de “outra posição” (32,3%). Nesta última posição necessariamente ambivalente na sua interpretação, não se pode deixar de incluir as referências explícitas às posições declaradas mais expressivas: “estagiário”, “assistente comercial”, “bolseiro de investigação”, “colaborador”, “prestador de serviços”, “administrativo” entre outras. Independentemente de muitas das expressões sugerirem um desempenho profissional correspondente ao estatuto associado a um diploma superior, a verdade é que também indiciam uma inserção dos licenciados em postos de trabalho com exigências de qualificações inferiores às detidas.

Portanto, o que nos parece ser relevante destacar é a generalização de práticas de salários baixos inferiores a 1000 euros associados à ocupação de postos de trabalho já não exclusivos a este segmento populacional. O argumento da “proletarização” dos quadros superiores (Rodrigues, 1997)¹³ tinha sido avançado nos anos noventa do século XX para explicar a “banalização” do diploma e o impacto do desemprego estrutural ao nível dos países europeus. A acrescentar a estes argumentos, no caso específico de Portugal, temos a persistente política de baixos salários como factor de competitividade associada a uma tendência para a sobrequalificação dos jovens quadros por comparação ao nível salarial e à posição hierárquica detidas.

2.3. Flexibilidade do tempo de trabalho

É, sobretudo, ao nível da dimensão da flexibilidade temporal que as organizações procuram, internamente, adequar a mão-de-obra às variações em ter-

Gráfico 3 - Posição hierárquica na óptica do licenciado vs empresa (%)



Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MelIntegra (2006/07)



mos de horas e dias de trabalho em função do ritmo de produção, das flutuações das encomendas, do ritmo de crescimento da economia no plano regional, nacional e internacional. Neste contexto, é possível verificar uma considerável abertura à prática de horários flexíveis, atendendo ao número de horas semanais de trabalho declaradas quer pelos licenciados, quer pelos empregadores.

Há, porém, uma discrepância significativa nas visões de empregadores e empregados quanto à média da duração do tempo de trabalho. Atendendo a alguns parâmetros descritivos obtidos na análise da informação verifica-se que, em média, o licenciado trabalha 40,74 horas semanais, ao passo que, na óptica da empresa, a média de trabalho dos licenciados situa-se nas 38,81 horas¹⁴. Igualmente, observando o mínimo e o máximo de horas declaradas, o licenciado refere entre 2 a 85 horas semanais, ao passo que para a empresa aquele leque é reduzido para 2 a 60 horas semanais.

Aceitando que parte daquela informação dos licenciados inclui horas de trabalho para além das efectivamente cumpridas em contexto de trabalho, ou seja, as que se relacionam com o trabalho realizado em “casa” à noite e/ou aos fins-de-semana, a verdade é que a existência de horários que podem ir até às 60 horas indica, de forma algo paradoxal e não linear, uma tendência para a intensificação da jornada de trabalho. Com efeito, assumindo este valor, estaríamos perante jornadas diárias de 12 horas pelos cinco dias úteis da semana. Já tivemos oportunidade de em várias investigações¹⁵ estabelecer uma relação entre os ritmos de trabalho actuais e as implicações não só para a vida profissional, como pessoal e familiar (Marques, 2006a; 2007). Estes resultados apresentam-se, também, consistentes com as tendências internacionais quanto à intensificação do tempo de trabalho. Assim, segundo o *IV Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho* (Eurofound, 2007), realizado pela Fundação Europeia para a Melhoria

das Condições de Vida e de Trabalho, 1 em 4 trabalhadores considera que a sua saúde e a segurança estão em risco por causa do trabalho. Por sua vez, 12% dos trabalhadores entrevistados referem que raramente ou nunca têm tempo suficiente para realizar o seu trabalho. Trata-se de uma percentagem substancial e em rápida expansão, já que, apesar de a maioria declarar trabalhar uma semana de cinco dias, 23% referem que trabalham seis a sete dias por semana e 15% ultrapassam as 48 horas de trabalho por semana. Igualmente, verifica-se que há uma associação significativa entre as horas de trabalho e as modalidades contratuais¹⁶. Da relação entre as variáveis *Vínculo Contratual* e *Horas/semana* obtida através da análise de correspondência binária¹⁷ e atendendo aos resultados obtidos, pode-se concluir, mais uma vez, pela existência de segmentos diferentes constituídos pelos que estão a recibo verde que tendem a apresentar horários de trabalho até 35 horas e os que estão em situação de contrato permanente e a termo que se distribuem pelas 40 a 44 horas. Por sua vez, os que se encontram com bolsa de investigação, estágio ou sem contrato tendem a apresentar horários de trabalho igualmente elevados, talvez como “prova” de trabalho ou consequência do chamado “período experimental” que quase se confunde com a duração em si da relação laboral.

Apesar do progressivo e crescente aumento das qualificações com que as gerações mais recentes têm acedido ao mercado de trabalho, a temática da inserção profissional apresenta-se como uma das questões centrais no quadro das políticas comunitárias e nacionais. Neste contexto, será certamente relevante perceber a crescente vulnerabilidade da relação de trabalho visível nas estratégias flexíveis de gestão da transição para a vida activa seguida pelas empresas.

3. ESTRATÉGIAS, ACTORES E QUALIDADE DO TRABALHO

A dinâmica interna do mercado de trabalho que cada país conseguir impulsionar dependerá da capacidade dos vários agentes, como o Estado em primei-

ra instância, de definirem políticas públicas de enquadramento e de fomento daquele desenvolvimento, mas também das empresas, das universidades e da sociedade em geral de promoverem uma cultura de inovação, iniciativa e cidadania (Rodrigues *et al.* 2000). Passará, também, por se reconhecer a *qualidade* do trabalho (Celéstin, 2002) em termos de igualdade de oportunidades, de conciliação da vida profissional e privada, do incentivo à formação contínua no combate ao desemprego e na intervenção de um Estado Social regulador e garante dos direitos sociais dos trabalhadores. Assim, iremos analisar algumas das dimensões comuns às empresas e aos jovens licenciados quanto: *i*) aos requisitos de acesso ao emprego; *ii*) à responsabilidade dos principais actores no fomento de acções adequadas à promoção de emprego; e *iii*) às representações em torno do trabalho, desemprego e vida privada.

3.1. Avaliação dos Requisitos de Acesso ao Emprego

Ao longo da investigação realizada, foi-nos possível relativizar o peso dos requisitos ou factores considerados facilitadores e/ou inibidores no acesso ao mercado de trabalho. O nível de associação registado em torno da avaliação destes requisitos em função dos licenciados e das empresas é significativo do ponto de vista estatístico, sendo que os posicionamentos observados se encontram fortemente associados ao estatuto do entrevistado (cf. Quadro 1). Se a frequência de formação profissional aparece de forma incontornável como um dos requisitos mencionados no acesso ao emprego por ambos os entrevistados, a par da posse de uma licenciatura, a verdade é que há que considerar outros factores *geralmente não explicitados* como “facilitadores” ou “inibidores” consoante o potencial candidato. Além disso, certos factores podem ser considerados “indiferentes” em função da perspectiva da empresa. Para os licenciados e empregadores os factores facilitadores que apresentam percentagens maioritárias, para além dos dois já referidos, são: “ter bom aspecto físico” e “morar perto do local de trabalho”. Quanto

Quadro 1 – Avaliação dos requisitos de acesso ao emprego (% de respostas positivas)

		Licenciados	Empresas
Licenciatura / Ser licenciado	Facilita	90,9	77,2
	Dificulta	9,1	7,6
	Indiferente	,0	15,2
Ter frequência de formação profissional	Facilita	96,0	91,8
	Dificulta	4,0	1,0
	Indiferente	,0	7,2
Sexo / Ser homem	Facilita	34,6	42,6
	Dificulta	65,4	,5
	Indiferente	,0	56,9
Estado civil / Ser casado	Facilita	34,0	8,5
	Dificulta	66,0	19,9
	Indiferente	,0	71,6
Idade / Ser jovem	Facilita	40,1	72,7
	Dificulta	59,9	10,3
	Indiferente	,0	17,0
Ter bom aspecto físico	Facilita	64,0	62,0
	Dificulta 3	6,0	1,0
	Indiferente	,0	37,0
Morar perto do local de trabalho	Facilita	53,4	77,0
	Dificulta	46,6	,3
	Indiferente	,0	22,7
Responsabilidades familiares/filhos	Facilita	17,2	2,6
	Dificulta	82,8	40,0
	Indiferente	,0	57,4

Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MeIntegra (2006/07)

Nota: À excepção dos dois primeiros factores que apresentam um V de Cramer na ordem dos 0,295 e 0,216, respectivamente, todos os restantes apresentam valores de V de Cramer superior a 0,550.

à subjectividade da avaliação do potencial candidato a um emprego, a primeira impressão causada pelo seu aspecto físico apresenta-se reiterada por ambos. Assumindo uma posição mais crítica, os licenciados apontam como factores que dificultam o acesso ao mercado de trabalho os seguintes: sexo, idade, estado civil e ter responsabilidades familiares/filhos. Por sua vez, na óptica das empresas, à excepção da rele-

vância colocada na idade como um factor que, pelo contrário, facilita a inserção profissional, todos os restantes não se apresentam relevantes, sendo considerados maioritariamente factores indiferentes. Mesmo assim, ao contrário dos licenciados, verificamos por parte das empresas que o estado civil, assim como as responsabilidades familiares são reconhecidos como factores mais problemáticos.

Como sabemos, estes posicionamentos são diversificados internamente ao nível dos licenciados em função quer das suas características demográficas, quer da licenciatura ou fileira científica em que se inserem. Com efeito, verifica-se que, para os licenciados que integram a fileira das “Tecnologias e Engenharias”, o sexo e as responsabilidades familiares são perspectivados como factores mais facilitadores. Pelo contrário, quando comparamos as opiniões por sexo, constata-se que as licenciadas, ao contrário dos seus colegas do sexo masculino, consideram que o sexo, o estado civil e as responsabilidades familiares dificultam mais o acesso ao emprego.

Estes resultados vêm reforçar, mais uma vez, a análise atrás apresentada acerca das práticas flexíveis de transição para a vida activa que caracterizam este segmento de jovens qualificados. Iremos verificar que a crescente subjectivação e individualização das relações de trabalho vão no sentido de se externalizar as responsabilidades no fomento de acções adequadas à promoção de emprego.

3.2. Externalização das Responsabilidade de Promoção de Emprego

A promoção do emprego passa não só por se identificar os principais actores ou agentes responsáveis, como pela definição de acções vocacionadas para a promoção de emprego e combate ao desemprego. Assim, considerando os nossos resultados do diagnóstico cruzado, verificamos que são apontadas, por ordem de importância decrescente, as universidades, o Estado e o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). Ao nível local, os entrevistados reconhecem, ainda, as câmaras e juntas de freguesia como actores relevantes na dinamização do mercado de trabalho. De forma algo incompreensível, as empresas privadas são referidas de forma residual pelos licenciados (cf. Quadro 2).

As licenciadas, ao contrário dos seus colegas, consideram que o sexo, o estado civil e as responsabilidades familiares dificultam acesso ao emprego

Ora, pode-se explicar estes resultados com base na proximidade que os licenciados têm com a Universidade, atribuindo-lhe a maior responsabilidade na promoção do emprego e, em oposição, o seu desconhecimento da realidade empresarial justificará, em certa medida, o não reconhecimento do papel das empresas.

Quadro 2 – Actores responsáveis pela promoção de emprego (% respostas positivas)

	Licenciados	Empresas
Estado/ Governo	72,9	67,8
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	72,7	56,8
Câmaras Municipais/ Juntas de Freguesia	32,1	20,2
Empresas privadas	8,1	30,9
Universidades	83,0	74,4

Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MelIntegra (2006 / 07)

Quanto às acções a desencadear pelos actores no sentido da promoção do emprego, o consenso entre licenciados e empresas revela-se, em primeiro lugar, na criação de incentivos ao 1º emprego. Tal consenso reforça o carácter externo da responsabilização em termos de políticas públicas. Já na ordenação das acções seguintes regista-se alguma discrepância nas respostas obtidas. Os licenciados defendem, em seguida, que é necessário fomentar o empreendedo-

rismo, a orientação profissional, assim como o apoio personalizado na procura de emprego. Sob a perspectiva dos empresários, estes elegem, em segundo lugar, o fomento da orientação profissional e só depois consideram o fomento do empreendedorismo, assim como o fomento de ligações entre negócios e comunidade.

Quadro 3 – Acções de promoção de emprego (% respostas positivas)

	Licenciados	Empresas
Criar incentivos ao 1º emprego	73,6	62,0
Fomentar a orientação profissional	48,3	46,6
Fomentar o empreendedorismo	50,0	37,0
Fomentar as ligações entre negócios e a comunidade	43,7	36,2
Fazer apoio personalizado na procura de emprego	45,6	32,6
Potenciar as oportunidades de formação	39,7	31,8
Promover a formação financiada para aquisição de competências profissionais	41,5	28,9
Aumentar o número de estagiários	42,6	27,6

Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MelIntegra (2006 / 07)

Apesar de não serem opostas, estas duas perspectivas demonstram *modus operandi* relativamente diferentes. Os licenciados tendem a se posicionar entre uma visão caracterizada pela existência de apoios e instituições vocacionadas neste tipo de problemática e uma perspectiva mais individual de resolução do seu problema, tal como o empreendedorismo. As empresas, em contrapartida, têm uma visão mais abrangente e sobretudo estratégica, elegendo a existência de um enquadramento institucional adequado próximo das realidades económicas.

3.3. Representações do trabalho, desemprego e vida privada

Neste último ponto, iremos apresentar as principais representações que os licenciados e as empresas têm sobre vários domínios relacionados com a *qualidade* do trabalho em termos de igualdade de oportunidades, de conciliação da vida profissional e privada, do incentivo à formação contínua, do combate ao desemprego e da intervenção de um Estado Social regulador e garante dos direitos sociais dos trabalhadores. Por questões de comodidade de análise serão apresentadas, em separado, as representações dos licenciados e depois das empresas. Tentar-se-á, em termos de síntese, destacar as representações co-

muns aos grupos-alvo e que se apresentam centrais na temática da transição para o mercado de trabalho. Atendendo às várias dimensões associadas às representações dos licenciados em torno do processo de inserção profissional no que diz respeito à formação académica, ao emprego e à vida privada é possível aferir algumas segmentações em função da fileira científica e do género. Assim, considerando as médias das respostas obtidas mais elevadas em torno do grau de discordância (cf. Quadro 4), pode-se afirmar que há uma posição de rejeição clara com a afirmação de que “Para o mesmo tipo de trabalho, os salários devem ser diferentes consoante o sexo” (5,74), seguida pela “A mulher não tem competência para exercer funções de empresária/chefe” (5,64). Com médias ainda de discordância, relativamente significativas, temos as percepções dos jovens relativamente ao facto de a actuação do Estado não ser eficaz na resolução do problema do desemprego, da relativização do peso do curso de ensino superior no sucesso na vida e de os diplomados de ambos os sexos terem facilidades em arranjar um emprego. Portanto, do conjunto destes posicionamentos mais críticos e negativos, pode avançar-se com o argumento de que os jovens não só rejeitam as desigualdades salariais e de desempenho de cargos de responsabilidade/chefia na base do género, como têm consciência das dificuldades de acederem ao mercado de trabalho, na medida em que o diploma não constitui um garante de emprego ou impede a vivência de experiências de desemprego. A este nível, os licenciados são também muito críticos da actuação do Estado.

As restantes afirmações são objecto de uma apreciação positiva, reforçando sobretudo a importância da dimensão do trabalho no bem-estar pessoal de cada um, em particular quando se tem sucesso profissional, apresentando a média de concordância mais elevada do conjunto (1,99). Em seguida, os licenciados afirmam, ainda, que continuariam a trabalhar na área de formação mesmo que não necessitassem de dinheiro. A reforçar esta ideia parecem ser as concepções do trabalho¹⁸ como fonte de respeito

Quadro 4 - Posicionamentos médios dos licenciados

	N	Média	Desvio padrão
O sucesso profissional é indispensável para o bem-estar pessoal	450	1,99	1,234
Para mim, a família é mais importante que o trabalho	442	2,18	1,271
O empreendedorismo pode constituir uma solução ao desemprego	432	2,32	1,211
Mesmo que não precisasse de dinheiro continuava a trabalhar na minha área de formação	441	2,38	1,385
O desemprego afecta mais as mulheres do que os homens	377	2,77	1,479
Só através de uma “profissão” se tem um elevado grau de prestígio e reconhecimento no mercado de trabalho	444	2,89	1,319
Para mim, o mais importante é ter um emprego, independentemente da sua localização geográfica	448	3,16	1,428
Ter um emprego bem remunerado é condição essencial para um bom desempenho de funções	448	3,21	1,329
Gosto dos meus amigos, mas quase não estou com eles, pois passo muito tempo fora	422	3,62	1,638
Os (as) diplomados(as) têm muita facilidade em arranjar emprego	447	4,47	1,344
Para se ter sucesso na vida é necessário tirar um curso superior	439	4,59	1,324
A actuação do Estado ajuda os desempregados a resolverem o seu problema	434	4,65	1,148
A mulher não tem competências para exercer funções de empresária/chefe	432	5,64	1,065
Para o mesmo tipo de trabalho, os salários devem ser diferentes consoante o sexo	433	5,74	0,947

Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MeIntegra (2006/07)

Escala: 1 – Concordo totalmente; 6 – Discordo totalmente

social, de prestígio e *status*. Só em segundo lugar, embora próximo daquele grau concordância, encontra-se a vida familiar e privada (2,18).

É interessante, ainda, analisar a percepção das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte deste segmento de jovens qualificados. Mesmo assim, as posições são diferenciadas consoante seja homem ou mulher, já que há a consciência de que o desemprego afecta mais as mulheres do que os homens. Igualmente, reconhecem que o empreendedorismo poderá ser uma alternativa viável no combate ao desemprego.

Os empregadores que integram a nossa amostra apresentam, por sua vez, posicionamentos médios, uns idênticos e outros distintos dos licenciados (cf. Quadro 5). A média de discordância mais elevada junto dos empregadores diz respeito às afirmações seguintes: “Para o mesmo tipo de trabalho, os salários devem ser diferentes consoante o sexo” (5,63), seguida da “As funções de chefia são melhor desempenhadas por um homem” (5,15). Também com médias discordantes relativamente elevadas temos

a percepção de que os recém-licenciados têm facilidade de encontrar um emprego, o Estado assume um papel relevante na resolução do desemprego e a posse de um curso superior constitui um requisito para se ter sucesso na vida.

Por sua vez, as afirmações que apresentam médias de concordância mais relevantes prendem-se com a importância do sucesso profissional no bem-estar pessoal, a conciliação da vida profissional e familiar, o papel dos licenciados no enriquecimento científico e empresarial do país e a crise do desemprego afectar também os licenciados. A apreciação da formação universitária constitui um domínio relevante na óptica dos empregadores que passa quer pela valorização da formação contínua dos licenciados, quer pelo reconheci-



Quadro 5- Posicionamentos médios dos empregadores

	N	Média	Desvio padrão
Para o mesmo tipo de trabalho os salários devem ser diferentes consoante o sexo	389	5,63	0,816
As funções de chefia são melhor desempenhadas por um homem	380	5,15	1,062
Os recém diplomados têm muita facilidade em arranjar emprego	376	4,34	0,918
A actuação do estado ajuda os desempregados a resolver o seu problema	383	4,24	1,149
Para se ter sucesso na vida é necessário tirar um curso superior	385	4,15	1,175
O desemprego afecta mais os licenciados que os não licenciados	319	3,45	1,156
Uma das soluções ao desemprego dos licenciados é a criação de licenciaturas especializadas	370	2,99	1,192
O desemprego afecta mais as mulheres do que os homens	351	2,70	1,119
O empreendedorismo pode constituir uma solução ao desemprego	383	2,38	1,066
A maior fragilidade das licenciaturas é a sua componente excessivamente teórica	386	2,28	1,090
A valorização dos licenciados passa pela formação contínua	388	2,24	0,880
A crise do 1º emprego afecta a maioria dos licenciados	380	2,08	0,996
Os licenciados tem um importante papel de enriquecimento científico e empresarial do país	389	2,02	0,956
É muito importante a conciliação entre a vida profissional e familiar	387	1,95	0,853
O sucesso profissional é indispensável para o bem-estar pessoal	387	1,83	0,925

Fonte: Diagnósticos cruzados - Projecto MeIntegra (2006/07)

Escala: 1 – Concordo totalmente; 6 – Discordo totalmente



mento de que a maior fragilidade das licenciaturas é a sua componente excessivamente teórica. A criação de licenciaturas especializadas, bem como o empreendedorismo poderão constituir uma solução ao desemprego que, como se sabe, afecta mais as mulheres do que os homens. Mesmo assim, apresentando uma posição moderada de concordância, os empregadores estão convictos de que o desemprego afecta mais os licenciados do que os não licenciados. Mais uma vez, são várias as explicações para a sustentação de posições ora conservadoras ora inovadoras por parte dos empregadores. Na exploração de outras variáveis, como a dimensão da empresa, o tipo de mercado (e.g. local, nacional ou internacional), a estrutura da mão-de-obra dominante, entre outros, seria possível aprofundar, ainda mais, a variabilidade das representações que perpassam a formação académica, o trabalho, o desemprego e a igualdade de oportunidades de género¹⁹.

4. PROCESSOS DE RESSIMBOLIZAÇÃO DO TRABALHO EM CURSO...

Uma coisa é certa: tanto os licenciados como os empregadores estão conscientes das transformações profundas verificadas ao nível da relativização do diploma no mercado de trabalho actual. Apesar de estar patente a ideia de que o curso superior é um dos requisitos indispensáveis para se obter uma posição de sucesso na sociedade, há a percepção de que o diploma já não protege o seu portador do desemprego, como também de que os conhecimentos e saberes não se finalizam aí.

Assim, com base no que temos vindo a argumentar,

Estes processos concorrem para uma crescente “dualização social” e fragmentação das relações de trabalho, com incluídos e excluídos, estáveis e precários, empregados e desempregados, activos e inactivos, jovens e idosos

são visíveis as “novas” legitimidades que segmentam o mercado de trabalho, com particular incidência nos jovens diplomados. Estas estruturam-se em torno da progressiva regressão do Estado, visível pela privatização de vários serviços, a par do acréscimo de competitividade nas actuais economias globalizadas, acompanhada pelas tendências de flexibilidade, desregulação e individualização das relações de trabalho. Nesse sentido, poder-se-á argumentar que se está perante quatro importantes processos de res-

simbolização do espaço social de trabalho. O primeiro deles prende-se com alegada valorização da “cultura de risco” (Beck, 1992; 2000; Giddens, 1994), a par do compromisso e confiança exigidas aos actores sociais (Sennett, 2001). Ora, neste “segundo espírito do capitalismo” (Boltanski, Chiapello, 1999: 237), este processo tende a configurar as relações de trabalho em termos de flexibilidade laboral (independência e multiactividade), flexibilidade produtiva (descentralização e reorganização), flexibilidade de gestão ou «culturas de gestão» (instabilidade e turbulências de mercados abertos e amplia-

dos); flexibilidade do horário de trabalho; flexibilidade dos salários, entre outras modalidades.

O segundo processo diz respeito às lógicas de intensificação e racionalização subtis dos modelos de organização do trabalho patentes na contratualização e individualização das relações de trabalho. Isto significa que se está perante traços de uma profissionalidade enformada por crescentes exigências de pressão quer interna, relacionadas com a proliferação de normas, procedimentos, *standards* e com exigências de eficiência e eficácia centrada na lógica de resultados, quer externa, fruto do impacto do meio envolvente sobre as organizações e seus trabalhado-

res dada a abertura crescente à participação da comunidade envolvente.

O terceiro assenta na assunção da não linearidade e homogeneidade da profissionalização, sendo possível identificar processos diferenciados de recombinações de saberes e competências. Neste sentido, tende-se a destacar a importância da auto-concepção sobre como se deve fazer o trabalho, ou seja, a incorporação da responsabilidade, da autonomia e da participação como traços constitutivos e estruturante dos perfis profissionais existentes e desejáveis, funcionando como um *modus operandi* na resolução de imprevistos e de problemas nos quotidianos de trabalho.

O quarto, e último, processo centra-se na dinâmica da reversibilidade e reconversão de percursos formativos, bem como na importância da *Aprendizagem ao Longo da Vida* que pressupõem a crescente individualização e centragem na capacidade de (re)construção de projectos de vida, incluindo, igualmente, a predisposição para a contínua (re)atualização de conhecimentos, saberes e competências a vários níveis do quadro da acção social (e.g. escolar, formativo, laboral). A *Aprendizagem ao Longo da Vida* e a mobilidade profissional (e.g. espaço nacional e internacional, inter-intra empresas) são cruciais no quadro da empregabilidade entendida como a probabilidade de aceder e manter-se no mercado de trabalho. Todos estes processos concorrem para uma crescente “dualização social” e fragmentação das relações de trabalho, com incluídos e excluídos, estáveis e precários, empregados e desempregados, activos e inactivos, jovens e idosos... A quebra de solidariedade entre estes diferentes grupos, que pode exprimir, em simultâneo, vários daqueles processos de dualização, contribui para o acréscimo de desigualdades sociais e para a “crise” do Estado Social. As transformações estruturais na natureza do capital e na produção que caracterizam esta nova fase de desenvolvimento do capitalismo parecem inaugurar uma reconversão ideológica para legitimar o modelo actual de mundialização do mercado de capitais, de tecnologia e produtos e, por último, da força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Mariana Gaio (2007). *Inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/ MCTES.
- ALVES, Mariana Gaio (2004). Os diplomados de ensino superior: diferenciação sexual no processo de inserção profissional. *Sociologia*, n.º 14. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 227-251.
- ALVES, Natália (2005). *Trajectórias académicas e de inserção profissional de licenciados 1999 - 2003*. Lisboa: DST/ Divisão de Planeamento e Gestão/ UL.
- ATKINSON, J. (1987). “La flexibilité de l’emploi sur le marché internes et externes de travail. in R. DAHRENDORF; E. KOHLER; F. PIOTET. *Nouvelles Formes de travail et activité*. Dublin: Fondation Européenne pour l’Amélioration des Conditions de Vie et de Travail, pp. 3-48.
- BECK, Ulrich (2000). *Brave New World of Labour*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BRANNEN, J. et al. (ed.) (2002). *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transitions*. Londres: Routledge.
- CABRAL, Manuel Villaverde e PAIS, José Machado (coord.) (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora.
- CASTEL, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1996). *The rise of Network Society. The Information Age. Economy, Society and Culture*. Vol. 1. Britain: Blackwell Publishers.
- CASTILLO, Juan J. (1998). “Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de o encontrar...)”. in I. KOVÁCS & J. CASTILLO. *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*. Oeiras: Celta Editora.
- CASTILLO, Juan J. (ed.) (1999). *Trabajo del Futuro*. Madrid: Editorial Complutense.
- CHAVES, Miguel (2007). *Jovens advogados de Lisboa: uma inserção profissional dispar*. Lisboa. FCSH - UNL, Tese de Doutoramento.
- CRYSDALE, S., KING, Alan J. C. e MANDELL, N. (1999). *On Their Own? Making the Transition*. Quebec: McGill-Queen’s.
- DUARTE, A. (2005). “Flexibilidade e precarização laboral: alguns tópicos”. *Actas dos Encontros em Sociologia II*. Braga: NES/ Universidade do Minho.
- ESTANQUE, E. (2005). “Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais”. *Configurações. Revista de Sociologia*, n.º 1. Núcleo de Estudos em Sociologia: Universidade do Minho.

- EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS (2006). *A review of working conditions in France*. Bruxelas (www.eurofound.e.int [pesquisa a 14 de Março de 2007]).
- FREIRE, João (2001). "As Atitudes Sociais dos Portugueses perante o Trabalho". in AA.VV. *O Futuro do Trabalho - Novas Relações e Competências*. Oeiras: Celta Edição em CD-ROM.
- FREIRE, João (1997). *Variações Sobre o Tema trabalho*. Porto: Afrontamento.
- FRICKEY, Alain; PRIMON, Jean-Luc (2002). Jeunes issus de l'immigration: les diplômés de l'enseignement supérieur ne garantissent pas un égal accès au marché du travail. *Formation Emploi* n.º 79. Paris: La Documentation Française.
- FOUCARDE, B. (1992). A evolução das situações de emprego particulares de 1945 a 1990. *Travail et Emploi*, n.º 52.
- GAZIER, Bernard (1990). L'employabilité: brève radiographie d'un concept en mutation. *Sociologie du travail*, n.º 4, pp. 575-584.
- GAZIER, Bernard (ed.) (1998). *Employabilité - concepts and pratiques*. Berlin: European Employment Observatory.
- GIDDENS, Anthony (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1999). *The Runaway World. How Globalisation is Reshaping our lives*. London: Profile Books.
- GONÇALVES, Manuela (2007). *Educação, Trabalho e Família - Trajectórias de Diplomados Universitários*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Tese de doutoramento).
- GOUDSWAARD, A.; NANTEUIL, M. de (2000). *Flexibility and working conditions. A qualitative and comparative study in seven EU member states. A summary*, Bruxelas: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- GUERRA, Isabel C. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*. Princípiã: 2ª ed.
- GUERREIRO, M. das Dores, PEGADO, E. (coord.) (2006). *Os jovens e o Mercado de Trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*. Lisboa: DGEEP.
- HIRATA, H. e KERGOAT, L. (1998). La division sexuelle du travail revisitée. in M. Maruani (dir.). *Les nouvelles frontières de l'inégalité*. Paris: La Découverte/Mage, pp. 93-104.
- KOVÁCS, I. (2006a). Formas Flexíveis de emprego em Portugal: riscos e oportunidades. *Sociedade e Trabalho*, n.º 28, pp. 17-34.
- KOVÁCS, I. (2006b). As Metamorfoses do Trabalho e do Emprego: alternativas para a crise do desemprego. in I. OLIVEIRA e M. MURTEIRA (coords). *O Desemprego: Um Desafio à Coesão Social e à Cidadania*. Comissão Nacional Justiça e Paz, Abrigada: Editora Cidade Nova, pp. 47-77.
- KOVÁCS, I. (2002). *As Metamorfoses do Emprego: ilusões e problemas da sociedade de informação*. Oeiras: Celta Editora.
- KOVÁCS I. & CASTILLO, J. (1998). *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*. Oeiras: Celta Editora.
- MACHIN, St.; MCNALLY, S. (2007). Tertiary Education Systems and Labour Market. *Tertiary Review*. OCDE.
- MARQUES, Ana P. (2012). *Empregabilidade e (novos) riscos profissionais*, Comunicação apresentada nos Colóquios de Sociologia, Universidade do Minho (policopiada).
- MARQUES, Ana P. (2009). *Trajectórias Quebradas. A vivência do desemprego*. Porto: Profedições/ CICS - UM.
- MARQUES, Ana P. (2007). *MeIntegra - Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte. Relatório final*. Coleção DS/CICS. Universidade do Minho. URL: <http://hdl.handle.net/1822/8633>.
- MARQUES, Ana Paula (2006a). *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- MARQUES, Ana Paula (2006b). Qualificações e competências. Para uma perspectiva crítica: *In nRede. Boletim Informativo*. Rede Europeia Anti-pobreza (REAPN). Porto: Núcleo Regional do Norte. pp. 6-8.
- MARQUES, Ana P. (2004a). "Género na precariedade: tempos de trabalho em início de uma carreira". In E. FIGUEIRA e L. RAINHA (coords.) *Qualificação e Género: O papel das competências-chave*. Lisboa: Programa POEFDS/ IEFP, pp. 123-138.
- MARQUES, Ana P. (2004b). Mercados profissionais e (di)visões identitárias entre jovens engenheiros. *Sociologia*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 165-194.
- MARQUES, Ana P. (2001). Dinâmicas da relação entre trabalho e emprego: o fetiche da 'empregabilidade permanente'. *CADERNOS do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 16 (1-2).
- MARQUES, A.P.; ALVES, M.G. (Eds.) (2010). *Inserção Profissional de Graduados em Portugal. (Re)configurações Teóricas e Empíricas*, Coleção «Debater o Social», Vila Nova de Famalicão: Editora Humus Lda./ CICS - Universidade do Minho.
- MCQUAID, R. & LINDSAY, C. (2005). The concept of employability. *Urban Studies*, 42. 2, pp. 197-219.
- MÉDA, D. (1999). *O Trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- MULLER, W. GANGL; M. (ed.) (2003). *Transitions from Education to Work in Europe: The Integration of Youth into EU Labour Markets*. Oxford: Oxford University Press.
- PAUGAM, Serge (2000). *Le salarié de la précarité*. Paris: Ed. Puf.
- PIOTET, Françoise (2007). *Emploi et Travail. Le grand écart*. Paris: Armand Colin.
- PEDROSO, P. et al. (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho. Formulação de políticas Públicas no horizonte de 2013*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- REBELO, Glória (2003). *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: uma análise sócio-económica e jurídica*. Lisboa: RII Editora.
- REBELO, Glória (2002). *Nova cultura do trabalho e do emprego: que desafios para os actores sociais?* (Documento de trabalho). Lisboa: Dinâmica.
- REIMER, David; STEINMETZ, Stephanie (2007). Gender Differentiation in Higher Education: Educational Specialization and

- Labour Market Risks in Spain and Germany, *Working Paper* n° 99. Universität Mannheim.
- RIFKIN, Jeremy (1997). *La fin du travail*. Paris: La Découverte/Poche.
- RODRIGUES, M. João (coord.) (2000). *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento. Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*. Oeiras: Celta Editora.
- RODRIGUES, M. João (1991). *Competitividade e Recursos Humanos. Sistema de emprego - Dilemas de Portugal na construção europeia*. Lisboa: Pub. D. Quixote.
- RODRIGUES, M. L. (1997). *Sociologia das profissões*, Oeiras, Celta Editores.
- SANTOS, Boaventura de S. (2001). “Os Processos de Globalização”. in B. S. SANTOS (Org.). *Globalização - Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- SENNETT, Richard (2001). *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- SMYHER, E. et al. (2001). *A Comparative Analysis of Transitions from Education to Work in Europe (CATEWE). Final Report*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- SOETE, L. (2000). “A economia baseada no conhecimento num mundo globalizado - desafios e potencial”. in R. BOYER et al. *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta.
- TANGUY, L. (dir.) (1986). *L'Introuvable relation formation-emploi*. Paris: La Documentation française.
- TEICHLER, U. (2009). *Higher Education and the World of Work. Conceptual Frameworks, Comparative Perspectives, Empirical Findings*. Rotterdam: Sense Publishers.
- TEICHLER, U. (2007). *Careers of University Graduates. Views and Experiences in Comparative Perspectives*, col. Higher Education Dynamics, N° 17. London: Springer.
- VAZ, Isabel Faria (1997). *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego. Centro de Informação Científica e Técnica.
- WEBSTER, E.; LAMBERT, R. & BEZUIDENHOUT, A. (2008). *Grounding globalization: Labour in the age of insecurity*. Oxford, UK: Blackwell.

NOTAS

- 1 Este artigo foi publicado na *Revista Portuguesa de Educação*, 2009, 22(2), pp. 85-115. A autora agradece o interesse por parte do corpo editorial da *Revista Vez e Voz* em republicá-lo, tendo sido possível actualizar a discussão e análise que enformam o presente artigo.
- 2 O projecto, MeIntegra - Mercados e Estratégias de Inserção Profissional de Jovens Diplomados, foi financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), Acção Tipo 4.2.2.1. - Estudos e Investigação (2006-2007).
- Esta investigação prosseguiu três eixos temáticos principais: 1) identificação e caracterização das estratégias de inserção profissional; 2) sinalização das práticas de mobilização de competências pelas entidades empregadoras no quadro de uma gestão flexível da mão-de-obra; 3) compreensão e explicação das resistências/potencialidades organizacionais estruturais à inovação e competitividade.
- No trabalho de campo, recorreu-se a análises documentais (revisitação e comparação de obras da especialidade, de estudos empíricos nacionais e internacionais), a entrevistas exploratórias a informantes privilegiados e à realização de entrevistas estruturadas dirigidas aos grupos-alvo em causa: jovens licenciados e empregadores (dirigentes/responsáveis de recursos humanos das empresas do Norte de Portugal). Em relação aos jovens licenciados, foi aplicado um questionário *online* a um universo de 1161 jovens licenciados em 2004/05 provenientes das fileiras científicas de “Humanidades”, “Ciências Sociais”, “Tecnologias” e “Engenharías”. A amostra constituída resultou numa quota de 40%, totalizando-se 464 questionários válidos. Para os empregadores, realizou-se uma entrevista estruturada a um universo de 3841 estabelecimentos localizados nos concelhos de Braga, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Guimarães que integram as unidades territoriais correspondentes ao Minho-Lima, Cávado e Ave (NUTS III). A amostra constituída resultou numa quota de 10%, totalizando-se 393 questionários válidos.
- Para um maior aprofundamento dos principais resultados, cf. Relatório MeIntegra no endereço <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8633/1/MeIntegra%20-%20RepositoriumUM.pdf>.
- 3 O Projecto “O potencial de empreendedorismo na Universidade do Minho: carreiras após o ensino superior” (2010-2012) tem como objectivo principal estudar o potencial empreendedor entre os(as) jovens licenciados(as) da Universidade do Minho. Encontra-se a ser desenvolvido no quadro do *spin-off* Laboratório MeIntegra e no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS/UM). Para o diagnóstico do potencial empreendedor, foram aplicados questionários *on-line* a todos os licenciados de diferentes áreas científicas e sexos que concluíram o curso desde 2002 até 2008 (N=283). Para mais informações sobre o Laboratório MeIntegra consultar o website: <http://www.meintegra.ics.uminho.pt>.
- 4 Para uma perspectiva crítica dos conceitos trabalho e emprego,

- suas distinções e proximidades, cf. Piotet, 2007; Kovács, 2006a; Marques, 2006b; Rebelo, 2002; Freire, 1997, Atikson, 1987.
- 5 Também conhecidas por formas “atípicas” de emprego e trabalho ou por “novas” formas de trabalho (Kovács, 2006a). Parece ser consensual atribuir a esta designação todas as modalidades de trabalho e emprego que se distinguem de uma relação de trabalho “típica”, ou seja, de uma relação de trabalho por conta de outrem, permanente e exercida a tempo inteiro (Foucarde, 1992).
- 6 Por uma questão de economia a que está sujeito este artigo, não se irá desenvolver o tópico da segmentação em função da variável género e o seu potencial explicativo dos comportamentos diferenciados no acesso ao mercado de trabalho, nos itinerários posteriores, nas estratégias de gestão e de conciliação das diferentes esferas da vida profissional/pública e pessoal/privada. Nas investigações por nós realizadas, já nos foi possível destacar esta dimensão explicativa (Marques, 2006a, 2007), bem como outros autores nacionais e internacionais reiteram quer os constrangimentos de género (Alves, 2004; Reimer; Steinmetz, 2007), quer de etnia (cf Frickey e Primon, 2002; Hirata & Kergoat, 1998) no acesso ao mercado de trabalho.
- 7 Apesar de os jovens detentores de licenciatura se encontrarem numa situação relativa mais favorável, quando comparados com os seus colegas com menores qualificações, a verdade é que presentemente são muitos os que enfrentam dificuldades de inserção na vida activa e, em especial, enfrentam o desemprego/inactividade.
- 8 Na relação entre as práticas contratuais da empresa e os vínculos de trabalho declarados pelos licenciados, verifica-se que há uma associação estatística significativa entre ambos, pelo que há uma variação nas respostas segundo os grupos-alvo (teste de Independência de Kolmogorov-Smirnov para variáveis não-paramétricas: $KSZ=4,507$; $p=000$).
- 9 É relevante ter presente que, nesta amostra, estão incluídos os diplomados que concluíram a sua licenciatura no período entre 2002 a 2008, tendo sido inquiridos em 2010.
- 10 Resultado do teste de Independência de Kolmogorov-Smirnov para variáveis não-paramétricas ($KSZ=2,006$; $p=001$).
- 11 Teste do Qui-quadrado= 120,658; $df=30$; $p<000$.
- 12 Na base dos *outputs* de uma análise factorial de correspondência disponível SPSS - versão 15.0. Foram calculadas cinco dimensões factoriais que explicam a totalidade da massa da informação, sendo que as três primeiras explicam quase a totalidade da variância explicada (0,986) dos pontos-linhas e pontos colunas, com particular destaque para a primeira dimensão factorial que explica 61%, cujo valor da inércia é de 0,107. A segunda explica 21% e a terceira 17%. Conscientes da redução da informação em termos estatísticos, iremos contemplar os dois primeiros factores.
- 13 M. L. Rodrigues (1997, cap. 3) faz o recenseamento de autores que, durante a década de setenta, expõem tendências polarizadas no sentido de um reforço do poder e domínio de certas profissões ou, em oposição, para a desprofissionalização ou proletarização, vaticinadas por diversos autores. De certa maneira, este debate sobre a evolução das profissões sobrepõe-se àquele outro debate em torno das qualificações durante aquela década, como vimos atrás. Significa que também esses debates sofrem da mesma natureza de críticas realizadas.
- 14 Apesar de o valor do desvio-padrão obtido junto dos licenciados inquiridos ser maior (9,820) do que junto dos empregadores (4,810).
- 15 Num outro estudo conduzido pela autora (Marques, 2006a), os resultados obtidos confirmam estes: os horários dos jovens engenheiros caracterizavam-se por elevadas jornadas diárias. Apenas 24% dos inquiridos referiram um horário até 39 horas, contra os que declararam praticar horários de 40 a 49 horas (59%) e de mais de 60 horas (15%).
- 16 Teste do Qui-quadrado= 102,817; $df=30$; $p<000$.
- 17 Tendo sido calculadas cinco dimensões factoriais, apenas quatro explicam a totalidade da massa da informação: a primeira explica mais de 77% da variação (0,764) pontos-linhas e pontos colunas, apresentando um valor de inércia de 0,112; a segunda explica cerca de 15%; a terceira 6,5% e a quarta 1,5%. Conscientes da redução da informação em termos estatísticos, iremos contemplar os dois primeiros factores.
- 18 Sobre a temática das atitudes perante o trabalho, cf. Freire, 2001.
- 19 Cf. os resultados completos da investigação compilados no relatório final (Marques, 2007), disponíveis em suporte digital no seguinte endereço: URL:<http://hdl.handle.net/1822/8633>.





CRISE, DEMOCRACIA E VONTADE POPULAR

Com a crise emergiram um pouco por todo o mundo novas formas de mobilização, inorgânicas, protagonizadas por gente anónima e caracterizadas pela utilização que fazem das redes sociais e das assembleias de rua, por se colocarem à margem dos partidos e conseguir chamar à rua centenas de milhar de pessoas.

Veze Voz foi falar com alguns desses protagonistas acidentais, colocando-lhes duas questões, comentadas no final por António Pedro Soares.

As perguntas:

1 - Desde 2007 que vimos assistindo ao aparecimento de movimentos sociais anticrise, que contestam os sistemas políticos ocidentais e o papel

central que os partidos políticos neles têm. Exigem mais democracia, já, e de base. Significa isto que o sistema representativo democrático iniciado com as revoluções burguesas e liberais está esgotado?

2- Estes movimentos sociais, com um discurso irreverente e tendencialmente antipartidário, colocando o ênfase na resolução de questões imediatas, como

o emprego e a habitação, não estarão condenados a fracassar por não serem capazes de concretizar, em termos de modelo ou organização da economia, as suas exigências de mais democracia económica, transparência dos mercados financeiros e participação popular na coisa pública?

As respostas:



SARA ROCHA, DESEMPREGADA E ACTIVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS

1) Nos últimos anos surgiram vários movimentos e iniciativas com novas características. Um pouco por toda a Europa e todo o mundo. Em Portugal, a partir de 2007 surgiram movimentos contra a precariedade e nos últimos anos ocorreram novos movimentos e novas mobilizações. São uma resposta a problemas novos ou que se tornaram mais graves nos últimos anos, mesmo antes da crise que estamos a sofrer agora. A imposição da austeridade e o ataque brutal ao conjunto da população aumentou a desconfiança perante a política formal e a ideia de representação dos interesses das pessoas. No en-

tanto, este aspecto expressou-se de forma diferente consoante os sítios e as ocasiões. Por exemplo, em Portugal, com a imposição das medidas da troika, ocorreram mobilizações massivas da população que exigem o fim da política de austeridade e precisamente a convocação de eleições, enquanto que noutras noutros países se ouvem reivindicações que são mais contra o funcionamento do sistema político.

2) É preciso lutar com todas as armas para inverter a situação actual. Todas contam e podem ser importantes, se tiverem objecti-

vos claros, se forem mobilizadoras e se conseguirem alterar a percepção pública que leva ao desalento, ao conformismo e à vitória da suposta inevitabilidade. Por isso, lutamos diariamente, partilhamos informação, participamos na organização das grandes mobilizações; mas não deixamos de aproveitar as vias mais institucionais, como por exemplo quando nos envolvemos na organização de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos para propor uma Lei Contra a Precariedade.

PAULA MONTEZ, ACTIVISTA

1) Mais do que esgotado, ele não está sequer a ser cumprido, o que faz com que se tenha descredibilizado e esgotado. A Constituição da República Portuguesa, por exemplo, não está a ser cumprida, o próprio Estado que a devia fazer cumprir a viola com leis e decretos que nunca deveriam sobrepor-se a ela. Além disso os eleitores já não acreditam nos políticos que elegem; votar começou por ser um direito conquistado mas o não cumprimento dos programas eleitorais e as mentiras dos governantes fizeram com que o voto se tornasse uma grilheta para o votante que fica durante 4 anos impossi-



bilitado de retirar os governantes do poder mesmo se eles não cumprem aquilo que se propuseram a realizar durante a campanha eleitoral. Não há avaliação negativa, nem incumprimento, nem mentira, nem corrupção por mais vergonhosa capaz de os derrubar do poder. Não há a possibilidade de serem revogados por incumprimento do mandato conferido. E chamam a isto democracia. Numa verdadeira democracia quem é mandatado para uma determinada função e não a cumpre, salta fora e vai outro que o faça. Os fazedores de opinião alegam que foi a vontade do povo os colocou lá no poder e que por isso têm legitimidade nas torpezas que fazem, mesmo quando se vê claramente que o povo já não lhes reconhece legitimidade para governar. Os

movimentos sociais por toda a Europa e mesmo nos EUA dizem “não nos representam”, exigem uma “verdadeira democracia” que passa por maior participação, abertura (assembleias públicas), horizontalidade e tomada de decisões por consenso. A busca de consenso tem sido por vezes criticada por ser mais morosa do que a votação e exigir longas assembleias de debate de ideias e pontos de vista. Mas quando as pessoas chegam a um consenso elas encaram a decisão final como sendo também sua e isso faz com que se envolvam na sua execução; avança-se mais devagar mas quando se avança vão todos. Já na votação uns ganham e outros perdem, uns revêem-se na decisão final, outros não a querem e por isso muito provavelmente não vão fazer nada para a pôr

em prática. Este tipo de democracia directa e participativa opõe-se à pseudo-democracia representativa em que aceitamos que alguém que nem conhecemos nos represente e lhe conferimos com o nosso voto um mandato por 4 anos em que se tornam intocáveis, como se tem assistido no nosso país e noutros, apesar de toda a corrupção e mentira. Os governantes parecem estar convencidos que mesmo governando contra o povo, atirando-o para a miséria e suprimindo-lhe os direitos vão sempre acabar por ser eleitos... por isso nestas pseudo-democracias ou democracias de fachada se investe tanto em campanhas eleitorais e se procura dominar os media. Pela minha parte deixei de votar assim que percebi que era o próprio sistema eleitoral que estava em

causa logo à partida. É inacreditável a desigualdade de oportunidades com que os partidos partem logo de início quer em termos financeiros, quer em termos de acesso aos media... antes mesmo das eleições já se coloca o ênfase nos “partidos do poder” e os media convidam para programas televisivos uns mais do que os outros, deixando umas migalhas para os chamados “pequenos partidos”. Enfim, uma fantochada muito eficaz para atingir as audiências mais incautas, um fingimento de “democracia”.

2) Os movimentos podem até vir a fracassar se se insistir em os enquadrar na tal pseudo-democracia e neste sistema eleitoral; mas muitos destes movimentos mais do que a ambição do poder, têm a ambição de pôr as pessoas a pensar pela sua própria cabeça e o grande mérito de fazer circular a informação que nos escondem. O caso da Islândia é notório no que respeita ao silenciamento de certas informações de coisas que estão a acontecer. As notícias que passam nos telejornais a que a maior parte das pessoas tem acesso não é a mesma informação que passa nas redes sociais e na internet... não se sabe o que se passa exactamente na Grécia, nas ruas de Barcelona ou em Wall Street. Com todo esse apagamento e silenciamento muito têm feito os movimentos sociais que já conseguiram por várias vezes trazer milhares de pessoas para a rua em protestos apartidários (ou quase!). Há uma enorme urgência em mudar este sistema mas também há cada

vez mais “fogos para apagar” - os ataques vêm de todos os lados, daí as especificidades de alguns destes grupos que vão surgindo, ou a necessidade dos grupos mais generalistas proporem a criação de grupos de trabalho que se ocupem de coisas mais específicas, tais como a saúde, a educação, o desemprego, a precariedade, os transportes públicos, etc; um dos problemas com que os movimentos se deparam é a dispersão em que as pessoas mais activas andam, procurando manter as suas vidas pessoais e dividindo o escasso tempo que lhes sobra com a actividade política que querem desenvolver, o que leva muitas das vezes ao cansaço, ao esgotamento e até ao afastamento; outro problema com que os movimentos se deparam é com os vários níveis de consciência das pessoas que aparecem nas assembleias e nas reuniões, o que faz com que se tenha muitas vezes que voltar atrás; assim como os “vícios” da pseudo-democracia que faz com que muitas pessoas procurem nesses movimentos os iluminados que lhes vão mostrar o caminho e fazer aquilo que elas não se empenham em fazer; e isto não é só de agora nem é só nos movimentos sociais, é também no sindicato, na associação de pais, no partido político. No dia em que as pessoas perceberem que têm que lá estar também e que fazer algum trabalho e não delegarem as funções em quem julgam representá-las, aí sim, estarão prontas para exercer a democracia. Para que uma verdadeira democracia seja possível têm que se comprometer, têm que fazer escolhas,

têm que participar nas decisões e têm que dar a sua prestação na execução das tarefas e das acções. Outro obstáculo que se põe é a obediência. As pessoas foram educadas para ser obedientes e cumpridoras e têm muita dificuldade em desobedecer mesmo quando percebem que as leis e as ordens que lhes impõem são injustas. Em Portugal estes estigmas são muito marcados porque somos pouco ousados, algo introvertidos, individualistas e ao mesmo tempo um pouco acarneirados, como se tem visto. É urgente que face à ineficácia dos grandes protestos que os governantes fingem não ouvir, que se aumente o volume e se passe à acção directa, à acção popular. Mas tudo leva o seu tempo e há



uma mudança nítida nos comportamentos, assim como um descrédito generalizado para com os governantes. É indesmentível que a noção de que “não nos representam” está a contagiar as pessoas e esse é já um primeiro passo para começarmos a rejeitar o que não nos serve... o vazio leva sempre à busca de alternativas e à sua construção. Um dos problemas dos movimentos sociais passa por aí: mesmo tendo as alternativas (e alternativas não faltam!) como as colocar em prática se o próprio sistema se fecha e impede que sejam testadas? Não adianta construir pequenos guetos dentro do sistema porque isso não o vai beliscar, antes podendo o próprio sistema os converter numa mera moda,

numa excepção pitoresca que se deixa existir para não resistir, enquanto cá fora o sistema capitalista continua a tudo minar e a destruir todas as possibilidades de

uma vida digna. A mudança tem que ser mais extensiva porque o que está decrépito e esgotado é o próprio sistema capitalista.

ANDRÉ VIZINHO, INICIATIVA DE TRANSIÇÃO - CENTRO DE CONVERGÊNCIA (ALDEIA DAS AMOREIRAS)

GIL PENHA-LOPES, TRANSIÇÃO UNIVERSITÁRIA NA FCUL (TU-FCUL)
FILIPA PIMENTEL - PORTALEGRE EM TRANSIÇÃO E TRANSITION NETWORK

1) cremos que sim, não por estarem errados por si, mas por serem apenas uma parte de uma grande sistema e considerarem não necessitar das outras componentes e também pela falta de ética que existe nas pessoas que os constituem.

Existem dois tipos de movimentos:

os geralmente designados por activistas e protestantes; e os praticantes e inovadores. O primeiro grupo tende a detectar os problemas sociais facilmente e seguir o rasto até às políticas e estratégias que não respondem aos problemas sociais e identificam muitas vezes que são estas mesmas que os criam (os problemas); o segundo grupo tende a criar visões e desenhar e implementar inovações, desde as tecnológicas, passando pelas sociais e económicas.

Pensamos que ambos os grupos consideram que é urgente voltar a capacitar os níveis sociais mais locais, tendo os níveis mais políticos nacionais e internacionais que ser repensados, quer na sua função quer na forma como apoiam os restantes níveis societais. Os novos movimentos sociais estão abertos a inovar, pondo em causa todos os modelos existentes até agora, e construir um modelo democrático participativo em que se promovam novas formas de inclusão cidadã e ao mesmo tempo uma gestão descentralizada assente em valores éticos fortes que a sociedade reclama.

O modelo actual está esgotado e a mudança está a chegar. A extin-



ção deste modelo implica uma grande capacidade mobilizadora das novas propostas que a sociedade reclama. A questão que colocamos é quem tem a capacidade mobilizadora de implementar tais propostas enfrentando preconceitos e resistências dos agentes vários com interesse em manter os status quo. Os movimentos têm as ideias mas não têm tido esta força. Os momentos de crise podem ser momentos de grades oportunidade de mudança, de crescimento e inovação. No entanto, existe também o espaço para os movimentos retrógrados nacionalistas ganharem as pessoas pelo medo, criando assim pressão e possibilidade de guerras.

Todos as pessoas e agentes da sociedade neste momento devem abraçar a confiança necessária para pensar, adaptar e construir as novas soluções para que a mudança positiva comece a crescer cada vez mais para um mundo melhor.

2) Convém referir que, dentro das duas tipologias de movimentos acima descritos, temos vários sub-grupos. No primeiro grupo temos sub-grupos que querem apenas retirar este governo e lá colocar outro; temos sub-grupos que sa-

bem que este sistema tem que acabar mas não sabem o que apontar; e um último grupo de pessoas bem informadas sobre outros modelos a serem aplicados ou testados noutros locais, com grande êxito, e tentam parar o sistema actual com o objectivo de dar espaço ao novo para aparecer e mostrar as suas capacidades. Para os dois últimos grupos é claro que o modelo actual não dá resposta aos actuais problemas sociais, enquanto o último já compreendeu as falhas e também conhece alternativas. O segundo grupo tem dado provas aos níveis locais e regionais que outros sistemas são possíveis e estes têm sabido interagir com os diferentes sectores sociais, e em especial com as pessoas que os gerem (pois afinal os sistemas são construídos por nós e para nós), para replicar estes sistemas noutras zonas, tal como promover o up-scaling destes sistemas para o nível nacional e internacional. É devido a essa dificuldade de concretização que estes movimentos se têm unido na acção local, ao nível do bairro, freguesia, aldeia, vila, município, nomeadamente o movimento da Transição, para que ao construir soluções integradas que funcionem, elas sejam visíveis

pelo seu sucesso e se reproduzam espontaneamente pela sociedade sem necessidade de tomar o poder para conseguir replicar uma visão. O princípio de que as soluções de sucesso se reproduzem é um princípio que anima e capacita, por exemplo, o movimento de permacultura, que procura implementar soluções “faça você mesmo” para criar uma vida feliz e sustentável em comunidade.

O Movimento em Transição não tem uma estrutura hierárquica que visa harmonizar uma opinião política – este é um movimento apolítico, procurando respeitar as opiniões individuais das pessoas envolvidas mas, estas, tendem a convergir na ideia de que não é só a democracia que não funciona. Todo o sistema, este paradigma, económico, social e político e as suas bases demonstram que estão profundamente desadequadas para fazer face a uma crise sem precedentes. É um movimento que tem vindo a aprender e a crescer com base no conhecimento empírico, ou seja, “aprendendo fazendo” e partilhando com os que querem caminhar nesta Grande Transição.



MUDAR O MUNDO



António Pedro Dores* Sociólogo
antonio.dores@animar-dl.pt

Boas perguntas: democracia? Vontade de transformar o mundo?

Para a Paula a democracia é um grande problema, sobretudo por ser a grande solução. Não uma forma concreta de democracia, mas todas as formas de democracia que abram mais oportunidades para as decisões justas e assumidas pessoalmente por quem delas tomou parte. A sociedade a fazer será uma sociedade democrática, ou não será!

A dificuldade dos actuais movimentos sociais é centrarem-se sobre si próprios, mimando a condição moderna da solidão na multidão, expressa

* Prof. universitário, investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia CIES/ISCTE

em milhentos manifestos e abaixo-assinados de satisfação imediata, sem compromissos com a vida quotidiana. Como bem notam os da “transição”, a mobilização pode vir a revelar-se retrógrada e nacionalista. A sociedade de massas de entre guerras, a hipnose colectiva que fez então o sucesso da psicologia de massas, pode ser combatida com espírito e práticas democráticas. É preocupante assistir à capitulação dos movimentos sociais às petições junto de instituições falidas e sem vislumbre de empenho democrático.

A ideia de que democracia é isto que temos não é uma ideia democrática. Quem assim pensa não pode deixar de aspirar ao fim da democracia. Na Grécia, de um momento para outro, os neo-nazis tornaram-se um dos, senão o partido político com

mais implantação popular. Propagandear a sã convivência entre as pessoas e entre os povos é tarefa prioritária, mas nitidamente desvalorizada e mesmo ignorada. Pelas instituições mas também por invectivas programáticas e partidárias. A crise irá durar, quaisquer que sejam as ideias das pessoas e dos movimentos, pela simples razão de que as ideias que fazem mudar o mundo já estão em marcha – e são más as ideias neo-liberais. O que precisamos é de defender o convívio entre os diferentes, bandeira (mesmo que autoritária, discriminatória e hipócrita, reconhecamos) da civilização ocidental. A democracia é bem o seu símbolo maior. A prova disso

– obrigado Paula por o enfatizares tão bem – é o facto de a oligarquia no poder destruir a democracia por dentro, mantendo a fachada por fora. Como se diz por aí, estão a cozer-nos em lume brando. Precisamente. Fazem conosco agora o que fizeram com os povos colonizados desde há décadas.

Saberemos salvar a democracia da hipocrisia estigmatizante da superioridade indemonstrável da nossa civilização?

A violência com que as polícias têm sido preparadas para

defender o poder dos oligarcas é um sinal tão claro, como o apoio incondicional dos poderes instituídos às actuações policiais mais indefensáveis. A democracia funda-se na vontade do povo. Sempre que essa vontade é traída, na rua, nos tribunais, na assembleia ou na presidência, é mais um prego na democracia. Hoje em dia nem os comentadores avançados têm argumentos para defender o governo, as oposições, a presidência. Todos sabemos como isto tem mau aspecto. A democracia, porém, ainda não conseguiu adeptos suficientemente empenhados entre os movimentos sociais.

Há diversas motivações para as inquietações existenciais de cada um. Mas todas confluem nas mega manifestações, para logo se dispersarem. Falta-lhes um alvo, um objectivo, um programa de acção?

Virão os movimentos sociais a fracassar, pergunta o *Veze e Voz*. Sempre. Esse tem sido e continuará a ser o destino dos movimentos sociais: o seu esvaziamento ou, na melhor das hipóteses, a sua institucionalização. A questão será mais a de saber o que estes movimentos sociais nos poderão oferecer?

Os da “Transição” apresentam uma excelente tipologia de movimentos: os que querem mudar o partido do governo, em breve institucionalizarão os seus desejos; os que sabem que isto está a mudar mas não sabem como proceder, são cusados de não saberem o que querem mas pelo menos

sabem o que não querem; os que sabem que isto está a mudar e sabem o que fazer, já estão a trabalhar na esperança de um futuro que outros ainda não vêem. Não estou seguro, ao contrário do que dizem, que a diferença entre eles seja o conhecimento ou a informação. Acho que o que os divide é a vontade. Uns querem soluções imediatas e asseguradas por quem lhes possa garantir algum conforto emocional. Os segundos sentem a situação como o resultado de más opções do passado e, por isso, avisam toda a gente onde

estão os males – sem serem verdadeiramente ouvidos. Os terceiros abandonaram os restantes à sua sorte, porque têm uma grande ideia para realizar, e pensam ser possível fazê-lo sem incomodar ninguém e, por fim, acabar por constituir um paraíso de humanidade nos destroços da civilização capitalista.

A desigualdade tem um efeito já sociologicamente determinado, mas ainda não explicado, não apenas sobre as suas vítimas e beneficiários, mas sobre todos os grupos e pessoas envolvidas. O desemprego, o trabalho precário, a exploração do traba-

lho, o desprezo pela justiça, a discriminação e estigmatização sociais, o desprezo pelas crianças e pelos doentes, são tudo sintomas de uma doença degenerativa que não afecta apenas a parte mais degradada das sociedades. O que se vê, muitas vezes, é serem aqueles que ainda perderam menos (tanto do ponto de vista moral como material) quem mais reclama, e os que mais perderam envergonhados e discretos, culpando-se da própria impotência a que se vêem votados.

Há diversas motivações para as inquietações existenciais de cada um. Mas todas confluem nas me-

e autonomia, os que só sabem que assim não pode ser e mais todos os outros que preferem esconder-se de si mesmos pelas mais variadas razões.

As transformações sociais têm, eventualmente, impactos enormes na vida de milhões de pessoas. Todos sentimos que estamos a viver um tempo em que alguma coisa está a acontecer. Só não sabemos se o vulcão vai cair em cima das nossas cabeças ou se seremos capazes de construir instrumentos de navegação nas ondas escaldantes da lava que irá descer pelas encostas.

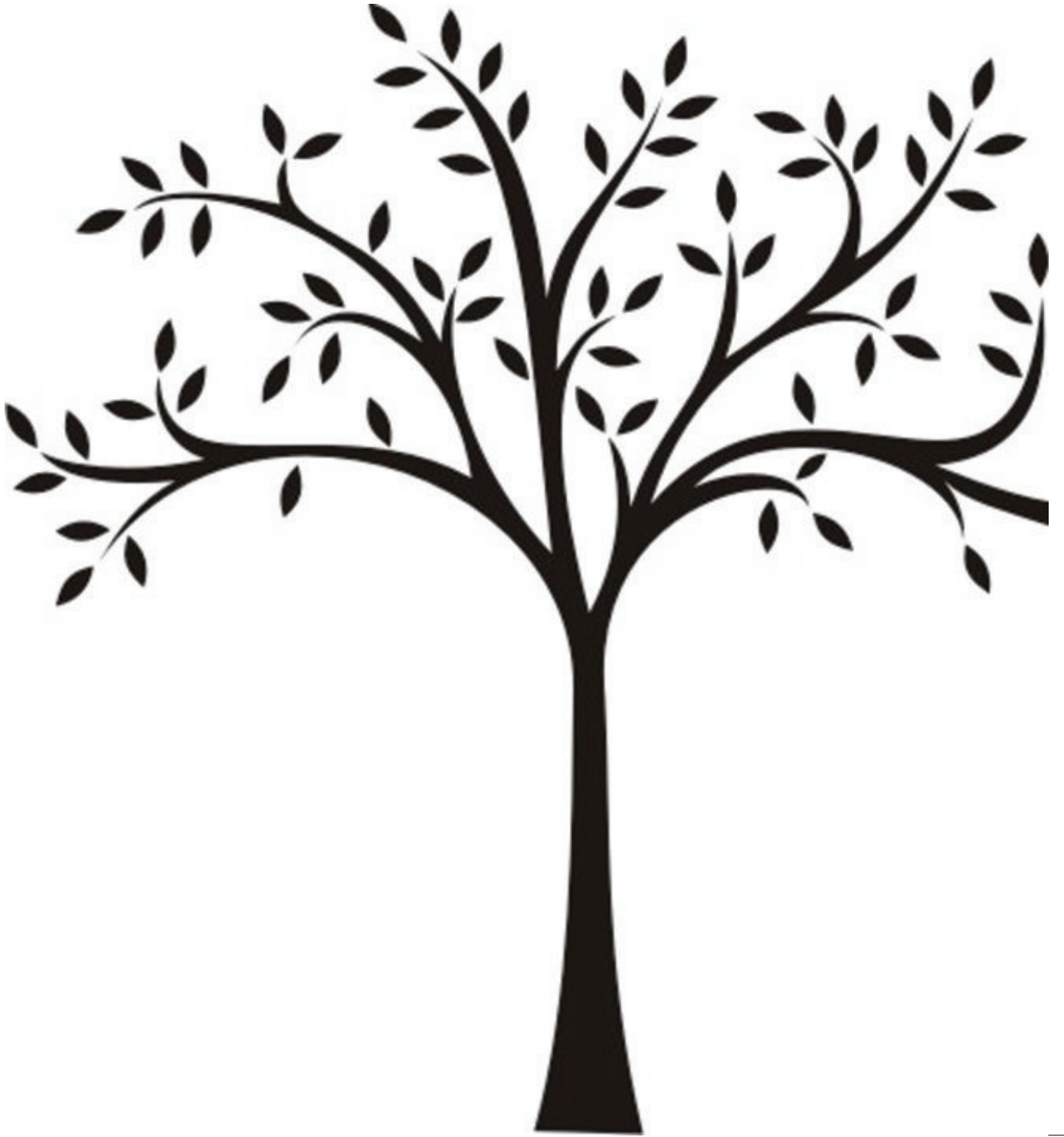
Pela minha parte não me posso colocar na posição

de observador, nesta conjuntura. O objectivo primeiro da transformação – e nem todos estamos de acordo nisto – é acreditar que uma democracia poderá suceder à derrocada do regime actual (em Portugal e na Europa; e também nos EUA, isto é, na zona ocidental do globo). E poderá assegurar os direitos básicos à dignidade de todos e cada um. Neste prisma, é evidente o afastamento da governação actual (incluindo as oposições) deste objectivo: teremos desemprego estrutural enorme por várias gerações, sejam quais

forem as políticas a implementar. E a taxa de 25% de pobres na União poucos meses atrás já deve estar bem mais perto de um terço da população. É claro que os movimentos sociais por si não fazem nada. Apenas – e já não é pouco – sinalizam as potencialidades de mobilização para objectivos mais concretos. Mas ainda falta a coragem necessária para a transformação em dominó que vimos ocorrer no Norte de África. Porque é que a “Democracia verdadeira, já!” não é possível?



ga manifestações, para logo se dispersarem. Falta-lhes um alvo, um objectivo, um programa de acção? Sim. E qual pode ser esse programa? Organizar a “transição”? Com certeza. Mas quantos são precisos para isso? Mudar de governo? Com certeza. Mas quantos são precisos para isso? Inventar uma democracia? Com certeza! Todos são precisos para isso! E nessa democracia deverão caber os que querem mudar de governo, os que sabem como se podem organizar melhor em liberdade



A ANIMAR

EM PERSPECTIVA



EM DEZEMBRO DE 2012 OS ACTUAIS CORPOS SOCIAIS DA ANIMAR TERMINAM O MANDATO PARA QUE FORAM ELEITOS. COM ELE TERMINAM IGUALMENTE ALGUNS PROJECTOS DESENVOLVIDOS PELA ANIMAR AO LONGO DO ANO QUE AGORA FINDA, ATRAVÉS DOS QUAIS REALIZOU UM MARCANTE TRABALHO DE ANIMAÇÃO, CAPACITAÇÃO, PROMOÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA REDE.

NAS PÁGINAS QUE SE SEGUEM DAMOS CONTA DE ALGUMAS DAS MAIS MARCANTE ETAPAS DOS PROJECTOS COORDENADOS E EXECUTADOS PELA REDE ANIMAR EM 2012, UNS TERMINADOS, OUTROS AINDA EM CURSO.

AS REDES COLABORATIVAS DE PRODUÇÃO E DE EMPREGO LOCAL

José João Rodrigues *Coordenador do projecto Redes Colaborativas*
artesaosocial@gmail.com

Redes Colaborativas de Produção Local

Tipo de Intervenção:

Apoio ao empreendedorismo e práticas colaborativas

Parceria:

ACERT, ADSCCL, ADSCVC, ALPE, Centro de Formação Profissional IEFP Coimbra, Centro de Formação Profissional IEFP Figueira da Foz, Centro Paroquial Penedos Altos, Centro Social do Miro, CFTL, CLDS - CM Manteigas, CM Coruche, CM Loures, CM Santa Maria da Feira, CMDC, Coolabora, Cooperativa Mais Além, Cooperativa Terra Chã, Escola Avelar Brotero - Coimbra, Escola Superior de Turismo - IPG Seia, GAF, Grupo de Empresários de Mora, Grupo de Empresários/as de Rio Maior, IG - Escola Profissional Gouveia, Junta Freguesia da Borralha, LOC, Plataforma ODM Coimbra, PROACT, Rede Social - CM Macedo de Cavaleiros, RTP, Santa Casa da Misericórdia de Manteigas

REDES COLABORATIVAS DE PRODUÇÃO LOCAL

As Redes Colaborativas de Produção Local são um **desafio** aos microprodutores e microprodutoras que pretendem desenvolver os seus negócios, e que basicamente consiste em “sair do casulo”, “olhar à volta” e (re)descobrir com quem e com o quê podem ter práticas colaborativas para criar novos produtos e serviços. São como que uma espécie de “óculos novos” cujas lentes são constituídas pelas *experiências e saberes* vividos ao longo da vida pelos homens e mulheres que se dedicam aos micro e pequenos negócios, à pequena produção de bens e serviços e às artes tradicionais, pelas relações que estabelecem com os lugares e o mundo em que vivem e pelos *bocadinhos de futuro que desejam pescar*.

As Redes Colaborativas de Produção Local pretendem ousar romper com o que os *atrofia*, para que sejam capazes de criar novas e diferentes relações entre produtores, possibilitando assim a criação, a manutenção, a reinvenção e o desenvolvimento de novos bens, serviços e produtos.

No fundo, começar por ver aquilo que está tão próximo deles e de nós, por vezes sinergias, saberes e coisas simples que não aproveitamos.

Perante esta realidade a Animar assumiu uma postura de mobilização desafiando os actores locais a organizarem Sessões de Divulgação das Redes Colaborativas, tendo-se já realizado diversas que, no final de Janeiro e de acordo com o programado e já assegurado, deverão chegar às 39.

Com a dinâmica já criada pretende-se, de uma forma cooperativa e com grande espírito de ajuda e complementaridade, **criar produtos novos**, que podem ser bens ou serviços, **produzir e partilhar** instalações, equipamentos, saberes e matérias-primas, **vender cooperando** em canais de distribuições, espaços comerciais e feiras, **comunicar**, criando momentos de divulgação dos produ-

tores agregados. O que não deixará de se reflectir – tanto mais quanto mais consolidadas e mais longe forem estas práticas – no crescimento da venda das produções locais, na maior densidade e variedade destes produtos ligados à cultura do local e/ou região, na motivação dos agentes locais, na criação de emprego e na melhoria dos rendimentos,

no desenvolvimento das economias e no melhor aproveitamento dos recursos endógenos.

COLABORAR E VALORIZAR

Com as Redes Colaborativas de Produção Local a pequena e diversificada produção encontra, graças à cooperação e articulação entre produtores

e produtoras, maneiras de se complementar e valorizar, integrando nos seus produtos elementos materiais e imateriais de uns e outros. Por exemplo, pondo quem produz mel a colaborar com quem produz aguardente para se criar um licor, quem produz frutas com quem faz compotas e licores; pondo todos eles a colaborar com cesteiros, oleiros, carpinteiros, tecelões e outros artesãos para criarem embalagens e marcas, a associarem produtos diversos criando cabazes regionais e “recordações” para venda nos postos de turismo, quintas e lojas; a colaborar com prestadores de serviços informáticos, *design*, *marketing* e vendas, contabilidade, etc. Ao articular entre si a divulgação e comercialização de bens e serviços de uns e outros, alargam as respectivas áreas de ne-

COMO PODEM AS AUTARQUIAS, AS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E OUTRAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS/REGIONAIS, APOIAR AS REDES COLABORATIVAS DE PRODUÇÃO LOCAL

- **Organizando feiras para venda dos produtos locais. Exemplos: Feiras de Agricultura Familiar, Feiras de Artesanato, Feiras de Natal, espaços nos mercados locais**
- **Disponibilizando espaços nas festividades locais para venda de produtos locais**
- **Dando preferência aos produtos locais nas suas compras. Exemplo: abastecimento de cantinas, material para ofertas, decoração com artistas e artesãos locais**
- **Criando nos seus postos de turismo espaços para venda dos produtos locais**
- **Criando nos seus sites institucionais páginas de divulgação das produções locais**
- **Convidando sempre para os seus stands em feiras e outros eventos produtores e produtoras e produtos locais**
- **Simplificando e diminuir os custos de todos os procedimentos relativos a estes negócios locais**
- **Estando disponíveis para fazer a mediação entre os produtores locais e os organismos da administração pública**
- **Utilizando os produtos locais nos buffets e noutras iniciativas**
- **Divulgando as produções locais nos seus boletins e -ewsletter**
- **Isentando de taxas as produções locais, especialmente quando estas não se traduzem em custos para as autarquias. Exemplos: publicidade em viaturas e esplanadas, nos estabelecimentos comerciais, artesanais e industriais**
- **Informando os produtores locais sobre oportunidades de negócios, incentivos e concursos**
- **Organizando ações de formação e informação**
- **Animando as Redes e promovendo Práticas Colaborativas**



gócio, podem combinar estratégias conjuntas para negociar numa posição mais favorável com hotéis, restaurantes e casas de turismo, criar pequenas redes de distribuição e colocação de produtos noutras regiões e participar em feiras com *stands*, ou ainda, explorar outros meios de divulgação como a internet.

IDEIAS A AGARRAR

Para que as Redes Colaborativas de Produção Local possam vingar é necessário olhar para os produtos locais sob a perspectiva de uma fileira produtiva, com canais de distribuição, e formação profissional com módulos que cruzem funções (por exemplo, as sobre agricultura contemplarem também a restauração e as vendas, etc.), desenvolver todo um trabalho de sensibilização de IPSS e escolas para que consumam este tipo de produtos, e que a produção na área alimentar se articule com o sector HORECA, tendo em vista a sua promoção.

Igualmente importante é a troca de experiências e a circulação da informação, devendo-se criar espaços de discussão, comunicação e intercâmbio entre os produtores locais, onde se possam conhe-

cer, articular e compatibilizar interesses

No que respeita a apoios, as autarquias têm um papel central, pelo que devem ser chamadas a ter uma atitude mais proactiva no apoio à micro-produção local, viabilizando das mais variadas formas a organização de “feirinhas locais”, abertas a todo o tipo de produtores e criadores; a organização de eventos de promoção dos produtos locais, como por exemplo *show-cookin*; reanimando os Mercados Municipais de forma criativa e criando cabazes de produtos locais. A um outro nível, consensualizando estratégias concelhias para a produção local, informando os pequenos e micro produtores sobre a legislação aplicável ao seu tipo de produção e comercialização, disponibilizando espaços públicos para venda dos produtos locais, divulgando modos de produção tradicional nas escolas e fomentando a criatividade e empreendedorismo dos alunos, facilitando a agilizando o licenciamento das microproduções, criando sistemas de financiamento e apoio técnico adaptados aos microprodutores, articulando a formação local com os centros de formação, interligando a produção local com o sector e as rotas turísticas e pondo esta produção à venda nos postos de turismo.

REDE COLABORATIVA PARA O EMPREGO LOCAL

A Rede Colaborativa para o Emprego Local é uma plataforma que pretende dar visibilidade ao trabalho das pessoas e organizações ligadas a processos de empreendedorismo ou de promoção do emprego a nível local, sendo também um interface de comunicação e de troca de experiências e conhecimentos nestas áreas. A rede social onde assenta, dissemina já algumas boas práticas de emprego local inspiradoras para empreendedores/as que pretendam investir no autoemprego e informações relevantes para as organizações que, trabalhando nesta área, poderão por esta via encetar processos colaborativos. Para pertencer a esta rede é necessário inscrever-se em <http://www.facebook.com/groups/RedeColaborativa.EmpregoLocal>

A metodologia subjacente à Rede Colaborativa para o Emprego Local foi adoptada pelo Projecto ILEFA (Iniciativas Locais para o Emprego Flexível e auto-organizado), promovido pela Animar. Esta metodologia estabelece que a organização local é responsável pela selecção e animação de um grupo de pessoas desempregadas em processo da criação do autoemprego ou

à procura de emprego. Estes grupos apoiam-se mutuamente na:

- prospecção e avaliação de oportunidades de negócios;
- elaboração dos planos de negócios;
- identificação de oportunidades de emprego.

Os grupos locais comunicam regularmente entre si para fazerem o ponto de situação dos seus projectos, partilham informações, experiências e

conhecimentos; organizam sessões temáticas em que todos os grupos locais participam via internet, onde, por exemplo, tratam temas como fiscalidade para micro-empresas e microcrédito; realizam encontros presenciais, regionais ou nacionais,

para partilha de produtos e processos.

- Parceria:
- ADSCCL (Lousã), Associação Barafunda (Benedita), Associação de Proprietários de Vila D'Este (Vila Nova de Gaia),
 - Cooperativa ATLAS (Porto),
 - Cooperativa Lafitudes (Lisboa)



A Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares foi uma das entidades selecionadas pela Animar para a realização do projeto ILEFA. A associação possuía já uma incubadora social, o Microninho, que se encontrava em fase de estudo e cujos objetivos partilhava com o Projeto ILEFA, o que permitiu testá-la, enquadrada no âmbito da metodologia de investigação-ação de uma tese do Mestrado em intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

... tendo em conta que o foco da incubadora social é a inclusão social foram selecionados empreendedores que se encontrassem em situação de fragilidade social, nomeadamente desempregados de Longa duração e jovens à procura do primeiro emprego. A abordagem testada, tem o seu enfoque na família empreendedora, e não apenas no empreendedor, o que nos levou a uma dimensão diferente do empreendedorismo, numa ética alargada de inclusão e desenvolvimento local sustentável, em que as dimensões social e comunitária se entrecruzam com objetivos comuns e indissociáveis.

... Em termos de resultados concretos, todas as microempresas criadas se encontram em fase de teste, fase esta que é a passagem do papel ao mercado, verificando as necessidades de reformulação ou ajustamento necessário a fazer antes da sua formalização.

Como resultado prático, no final deste projeto 5 desempregados conceberam um projeto empreendedor exequível, sustentável e com riscos controlados para em 2013 deixarem de ser desempregados e passarem a ser donos do seu próprio destino, a traçarem os seus próprios objetivos e a contribuírem ativamente para a sustentabilidade das suas famílias, das suas casas, dos seus negócios e do seu território.

Em síntese, este projeto permitiu-nos afirmar o modelo do Microninho, que não responde

apenas a preocupações de empregabilidade ou inclusão, responde também à necessidade de estimular o desenvolvimento local sustentável, de forma orientada e integrada, agindo de forma concertada para que as nossas ações sejam causadoras de impacto positivo na região, e não meros atenuadores das situações de exclusão social aqui existentes.

Liliana Simões, Presidente da ADSCCL



No âmbito do acordo de cooperação IIEFP/ ANIMAR, a TAIPA promoveu no dia 20 de Dezembro de 2012 uma oficina/debate abordando os temas de empreendedorismo e empregabilidade onde se debateu: técnicas ativas de procura de emprego, PAECPE - Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à criação do Próprio Emprego, medida estímulo 2012, impulso Jovem e estágios profissionais. A sessão contou com a participação de 25 pessoas, caracterizadas essencialmente como população ativa desempregada do concelho de Odemira e detentora de escolaridade igual ou superior ao 12º ano de escolaridade. Esta oficina/debate foi promotora de conhecimento e de soluções. Permitiu aos participantes conhecerem as medidas disponíveis e colocarem os seus exemplos e contextos de vida, em discussão. Constituindo-se como uma forte oportunidade para criar pistas e desenvolver novos caminhos que podem ser determinantes para a alteração da sua situação de desemprego.

TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento do Concelho de Odemira

COOPERATIVISMO TAMBÉM UMA FORMA DE CRIAR AUTO-EMPREGO



Tânia Gaspar *Técnica de projectos da Animar*
tania.gaspar@animar-dl.pt

ASSINALANDO O ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS, O PROJECTO GERAÇÃO COOP NASCEU PARA REAVIVAR E INCENTIVAR OS VALORES E O ESPÍRITO COOPERATIVO ENTRE A JUVENTUDE.

As primeiras manifestações de cooperativismo, como uma alternativa política e económica ao capitalismo, surgiram no século XVIII, sendo exemplo disso a fundação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, criada em 1838, que reunia 28 tecelões da localidade.

As cooperativas, pelas suas características e por serem um modelo mais próximo das pessoas, por pretenderem dar respostas concretas aos seus problemas reais e aos das suas comunidades, são consideradas um motor do desenvolvimento sustentável. E são-no ainda mais face às crises capitalistas, porque baseadas sobretudo na reciprocidade, no real e no quotidiano, numa economia mais plural e doméstica, com respeito pela natureza, pelo território e pelas comunidades. As cooperativas valorizam a governança local e de proximidade e a justa distribuição dos rendimentos, com base na educação, formação, informação, cooperação e apoio mútuo.

A importância das cooperativas está bem patente na criação e manutenção de emprego — seja a nível nacional ou mundial —, uma vez que este sec-

tor proporciona atualmente mais de 100 milhões de postos de trabalho, de acordo com os dados da OIT. A nível da Europa, a Aliança Cooperativa Internacional agrupa 250 mil empresas cooperativas, com 163 milhões de membros e 5,4 milhões de postos de trabalho.

“Em Portugal, de acordo com os resultados preliminares obtidos no âmbito da Conta Satélite da Economia Social, em 2010, a Economia Social representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 4,6% das remunerações, 5,5% do emprego remunerado e 4,7% do emprego total (em ambos os casos, medido em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo - ETC). Das cerca de 55 mil unidades consideradas no âmbito da Economia, as associações e outras organizações da Economia Social representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,0% do VAB, 64,9% do emprego (ETC remunerado) e 62,7% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos do número de unidades, VAB e Remunerações.” (*Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares; Contas Nacionais*).

Para a Animar, cujo objectivo fundamental é o desenvolvimento local, as cooperativas são parceiros estruturantes no desenvolvimento das comunidades e dos territórios, representando cerca de 16% dos membros da Rede Animar, nomeadamente a Aliança Artesanal (Vila Verde), Atlas (Porto), Coolabora (Covilhã), Cooperativa Agrícola de Valdosende (Valdosende), CRESAÇOR (Açores), Esdime (Messejana), ETNIA (Lisboa), Instituto Superior do Serviço Social do Porto, (Porto), Latitudes (Pinhal Novo), SEIES (Setúbal), Terra Chã (Alcobertas), Três Serras (Lafões) e Trote Gerês (Cabril).

Como associações, autónomas e livres, estas cooperativas procuram a dignificação do trabalho e

das pessoas, distribuindo os seus ganhos pelos serviços à comunidade e os seus membros. São associações de cooperantes ligadas estruturalmente aos territórios a que pertencem, especialmente quando se trata de cooperativas do mundo rural. Nestes casos, a ligação ao território torna-se mais evidente por abranger não só o aspeto económico, mas ainda o social, o ambiental e o cultural. Trabalhar para o desenvolvimento local passa assim por uma forte ligação às cooperativas e à promoção do cooperativismo.

As cooperativas não estão tipificadas juridicamente como associações nem como sociedades com fins lucrativos, tendo por isso um estatuto próprio, consignado no Código Cooperativo e estando sujeitas a legislação complementar específica. Embora algumas das suas normas tenham sido salvaguardadas no Estatuto dos Benefícios Fiscais, persiste ainda alguma incompreensão, por parte do Estado, relativas à razão de ser e maneira de funcionar das cooperativas, equiparando-as neste particular às empresas fundadas no capital e orientadas para o lucro, desconsiderando os princípios de equidade que devem justificar os normativos fiscais, uma vez que os seus excedentes se destinam ao reinvestimento na própria cooperativa.

O PROJECTO GERAÇÃO COOP

Integrado no Ano Internacional das Cooperativas, a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social desenvolveu o projecto **Geração Coop** em colaboração com as confederações

cooperativas, nomeadamente a CONFAGRI e a CONFECOOP, e a Rede ANIMAR. Por via deste projecto, estas organizações procuraram sensibilizar as camadas mais jovens para a importância do cooperativismo como uma oportunidade para construir o seu futuro. Entre as diversas atividades do projecto, destacamos o balanço positivo dos 18 *workshops*, realizados pela parceria da equipa do Geração Coop com a Fórum Estu-

dante, por via dos quais a equipa do Geração Coop conseguiu despertar e sensibilizar, directamente, cerca de 900 jovens para o cooperativismo.

O Ano Internacional das Cooperativas terminou, mas a missão do GeraçãoCoop continua, pois estas têm um papel fundamental na situação de emergência social que o país vive, pelo que quem estiver interessado/a em realizar um *workshop* sobre cooperativismo na sua instituição de ensino, cooperativa ou outra entidade da economia social, deverá contactar a Animar.

Informação sobre o projecto em:
www.gera.cacoop.pt



Referencias Bibliográficas

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Destaque: informação à Comunicação Social: Conta Satélite da Economia Social*

Leite, João Salazar (2011). *Ensaio sobre a Participação Associativa nas Cooperativas*. CASES - http://www.cases.pt/0_content/actividades/doutrina/Verso_2011_do_Ensaio_sobre_a_Participacao.pdf

RURALIDADE

Eduardo Figueira* *Professor universitário
Presidente da Animar
eduardo.figueira@animar-dl.pt*



A EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES NÃO SÃO SÓ POR SI SUFICIENTES PARA MELHORAR A SITUAÇÃO ALIMENTAR DAS POPULAÇÕES SE NÃO FOREM COMPLEMENTADAS POR POLÍTICAS QUE PROMOVAM A AGRICULTURA E PERMITAM AS POPULAÇÕES RURAIS BENEFICIAREM DO CRESCIMENTO ECONÓMICO.

NENHUM PAÍS SE PODE ASSUMIR COMO DESENVOLVIDO OU MESMO EM DESENVOLVIMENTO ENQUANTO AS SUAS POLÍTICAS NÃO TOMAREM EM CONSIDERAÇÃO O TODO NACIONAL E TIVEREM COMO EFEITO O AUMENTO DE ASSIMETRIAS REGIONAIS.

1. INTRODUÇÃO

As políticas económicas e sociais que têm vindo a ser implementadas nas últimas duas décadas em Portugal assentaram no pressuposto de que urbanizar e industrializar seria suficiente para produzir Desenvolvimento nos territórios e respectivas comunidades. Nada mais errado. Como bem demonstra a actual situação dos territórios e comunidades locais, designadamente as localizadas no interior, a orientação política voltada unicamente para o crescimento económico tem provocado fortes assimetrias regionais devido fundamentalmente à inadequada, ou melhor, ausência de ordenamento e gestão territorial. Mas, mais grave do que as assimetrias regionais evidentes no território Português, é a preocupante desertificação humana a que os LOCAIS do interior estão (e continuam a estar) sujeitos, colocando em risco a capacidade de regeneração e renovação desses territórios e comunidades. Isto não signi-

* *Agrónomo. Prof. catedrático e Director Adjunto do CPES na FCSH/ Universidade Lusófona; Investigador Sénior do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia/ Un. Évora.*

Os processos de industrialização e de urbanização não são por si só a origem de todos os males! As suas consequências nefastas decorrem fundamentalmente do facto de não existir uma Política de Desenvolvimento Regional

fica que os processos de industrialização e de urbanização devam ser abandonados e que o esforço das políticas públicas deva incidir exclusivamente sobre o Desenvolvimento dos espaços rurais do interior! Os processos de industrialização e de urbanização não são por si só a origem de todos os males! As suas consequências nefastas decorrem fundamentalmente do facto de não existir uma Política de Desenvolvimento Regional que, tendo por base a gestão equilibrada do território com base nos recursos disponíveis, enquadre, estrategicamente, o progresso industrial e processos de urbanização que lhe estão adstritos. Não se pode dizer que existe Desenvolvimento em dada região ou País quando as políticas económicas são apenas orientadas para uma parte do território e/ou para um determinado sector produtivo. A promoção do Desenvolvimento requer medidas de política que, tomando em consideração os recursos existentes, as necessidades das populações e o direito à democracia promovam o

equilíbrio adequado dos sectores produtivos e dos micro-territórios (LOCAIS) de uma Nação. Se a orientação política das últimas duas décadas tivesse tomado em consideração estes requisitos Portugal estaria melhor aparelhado para debelar e ultrapassar a presente crise económica e financeira.

Os micro-territórios do interior de Portugal estão, como acima referido, sujeitos a um processo severo e preocupante de desertificação com consequente concentração demográfica nos territórios do litoral, processo que po-



deria ter sido travado se não se tivesse abandonado a produção agrícola. Este sector para além de contribuir para a atractividade dos territórios locais permitiria, em situações como a presente, servir de almofada económica e social à população portuguesa, em geral, e à população do interior, em particular. Pelos mesmos motivos, não se deveria ter deixado de apostar no sector das pescas, sector de grande tradição entre os Portugueses e que tinha (tem) imensas potencialidades de crescimento económico e de promoção de desenvolvimento. Foi um erro de estratégia (de palmatória) dos então responsáveis políticos o facto de não se ter adequadamente apoiado os sectores da agricultura e das pescas. Acresce que qualquer País deve formular e implementar políticas de segurança alimentar definidas de forma soberana e com participação social. Isto significa dizer que cada País tem o dever de promover a “soberania alimentar” de forma a assegurar o direito

das populações a uma alimentação adequada e justa, desiderato que não será possível atingir através da intensificação e concentração da produção em um relativamente pequeno número de produtores altamente sofisticados. A concentração da produção marginaliza não só os pequenos produtores agrícolas e respectivos territórios e comunidades como também agrava a segurança alimentar nos meios rurais e centros urbanos de pequena dimensão com o que é o caso dos territórios interiores Portugueses. Por exemplo, os atentados à saúde por via dos alimentos têm vindo todos da grande produção industrial, isto é, da produção de alimentos em grande escala, e não da produção artesanal. Por outro lado, a produção artesanal, designadamente a de natureza familiar, para cumprir a sua finalidade não pode (não deve) estar espartilhada na sua totalidade pelas regras de mercado e pela legislação. A pequena produção para produzir os efeitos benéficos para as econo-

mias locais carece de mercados alternativos e de regras que tomem em consideração a sua natureza e características. Isto não significa contudo que não possam ser estabelecidas algumas regras de qualidade que, na maior parte dos casos, podem ser estabelecidas por associações de produtores locais. Esta é uma lição que devemos retirar do que presentemente se passa em muitos Países em desenvolvimento quer em África quer na América Latina. Para evitar que este fenómeno ocorra nos territórios rurais marginais dos Países Europeus é necessário e urgente que se promovam políticas de investimento e apoio à produção agrícola e comercialização dos respectivos produtos. Para além da questão económica, é fundamental que cada território mantenha determinado nível de produção alimentar a que se pode designar por “alimentação soberana”. A soberania alimentar deve ser vista e assumida como um direito das populações ao acesso a alimentos não só nutriti-

vos como culturalmente adequados e produzidos de forma sustentável. Neste sentido, a soberania alimentar constitui questão crucial para o desenvolvimento de qualquer território e comunidade e, por isso, deve ser tomada como uma das dimensões-base do desenvolvimento sustentável. Refira-se que, no momento actual, face ao desequilíbrio na distribuição do rendimento, muitos seres humanos têm grandes dificuldades no acesso a alimentos. Por esta razão e ainda pelo facto de que a agricultura contribui de forma decisiva para a soberania alimentar, qualquer estratégia de desenvolvimento local em espaços rurais deve promover a produção agrícola familiar. Isto significa que a Política Agrícola Comum deveria reorientar-se para a promoção dos processos de Desenvolvimento Local, mais concretamente para as Dinâmicas Locais de Desenvolvimento centradas na produção agrícola mas sem excluir outras actividades económicas que lhe são complementares



como é o caso do Turismo em Espaço Rural e mesmo pequenas indústrias mobilizadoras dos recursos locais. A experiência industrial dos países asiáticos aponta para o mesmo sentido. De facto, a experiência desses Países mostra que o desenvolvimento industrial e o crescimento das exportações não são só por si suficientes para melhorar a situação alimentar das respectivas populações se não forem complementadas por políticas que promovam a agricultura e permitam as populações rurais beneficiarem do crescimento económico.

O Desenvolvimento de um País não se promove

Desenvolvimento pressupõe justiça social, igualdade de oportunidades, e promoção de qualidade de vida para todos os indivíduos qualquer que seja a sua condição e local de residência

nem se faz através do desenvolvimento de umas regiões em detrimento de outras. Para além de serem fontes de descontentamento social, as assimetrias regionais resultantes de tal estratégia constituem um estigma no processo de Desenvolvimento. Com efeito, nenhum País se pode assumir como Desenvolvido ou mesmo em Desenvolvimento enquanto as suas políticas não tomarem em consideração o todo nacional e tiverem como efeito o aumento de assimetrias regionais.

Como é sabido, as disparidades regionais promovem o fluxo migratório das zonas menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas e, conseqüentemente,

provocam não só o despovoamento das zonas mais desfavorecidas como aumentam a pressão demográfica nas zonas mais ricas criando nestas necessidades, problemas e tensões sociais cuja remediação é normalmente mais cara do que financiar e promover o desenvolvimento das zonas menos desenvolvidas.

O processo de Desenvolvimento pressupõe justiça social, igualdade de oportunidades, e promoção de qualidade de vida para todos os indivíduos qualquer que seja a sua condição e local de residência. Face a estes pressupostos e ainda pelo facto de não existir Desenvolvimento sem envolvimento dos cidadãos, pode afirmar-se que o Desenvolvimento Social de uma



Nação só será possível se for concretizado ao nível do Local. Não se faz Desenvolvimento *para* as pessoas; o Desenvolvimento é feito *com e para* as pessoas. A *participação* (individual e social) constitui um fenómeno inerente ao próprio processo de Desenvolvimento e, por essa razão, este processo não passará de uma “coisa” abstracta se não estiver assente em estratégias de **Desenvolvimento Local**. Com efeito, o Local é o sítio onde estão as pessoas *com e para* as quais se faz o Desenvolvimento e este processo, cujo significado é “retirar as amarras”, só terá esta natureza se estiver centrado nos indivíduos e nas comunidades locais.

2. O MUNDO RURAL EUROPEU

Para além do conceito técnico habitualmente usado para caracterizar as diferentes dimensões da Europa Rural, é fundamental reconhecer que o meio rural Europeu é bastante diferenciado e está sujeito, no momento, a uma acelerada mudança. De facto, o meio rural não pode definir-se de igual modo em todos os Estados Membros da Europa. Isto significa que é mais correcto falar de Europas rurais do que em Europa rural.

Embora a crescente perda de controlo da economia por parte das comunidades rurais constitua a principal evidência da mudança a que presentemente o mundo rural Europeu está sujeito, a actividade agrícola continua a desempenhar papel essencial na economia da maior parte das comunidades e territórios rurais da Europa. Assim sendo, a agricultura pode ser

assumida como a actividade promotora dos equilíbrios social, económico e ambiental nas economias locais e, conseqüentemente, nas economias nacionais. Com efeito, a produção de alimentos e de matérias-primas constitui apenas um dos aspectos do sector agrícola da Europa. A agricultura desempenha ainda, mesmo nas regiões onde o emprego agrícola desceu abaixo dos 10%, outras funções não menos importantes como é o caso do povoamento do meio rural, da protecção do ambiente e do ordenamento do território.

As diversas estratégias seguidas pela Política Agrícola Comum (PAC) têm tido por base a regulação dos mercados e dos preços orientação que, sem sombra de dúvida, tem contribuído para empurrar a Europa para uma crise de natureza económica, social e ecológica. Com efeito, os excedentes alimentares, o crescimento das tensões no mercado internacional e a maior exigência orçamental têm, de forma significativa, contribuído para a crise económica que actualmente se vive. Apesar das despesas agrícolas consumirem cerca de metade do orçamento da União Europeia, a PAC no seu conjunto não tem conseguido resolver o problema dos rendimentos dos agricultores. Os rendimentos dos agricultores cresceram menos do que os de outros sectores de produção e continua

a assistir-se a um crescimento do número daqueles que abandonam a terra.

Consciente desta problemática, a Comissão Europeia estabeleceu no passado três princípios pelos quais se deveria guiar a actuação da Comunidade em termos de desenvolvimento regional:

- **Abordagem de natureza integrada**, traduzida na ne-

Os excedentes alimentares, o crescimento das tensões no mercado internacional e a maior exigência orçamental têm contribuído para a crise que se vive



cessidade de cooperação e planeamento transsectoriais;

- **Subsidiariedade**, indicando que cada decisão deve ser tomada ao mais baixo nível possível, devendo as responsabilidades ser repartidas entre todos os níveis de autoridade;
- **Parceria**, tendo em vista promover a cooperação da Comissão com as autoridades nacionais, regionais e locais na definição de todas as medidas.

Por outro lado, tendo em vista combater o declínio rural e a desertificação humana, designadamente nas áreas rurais marginais, a Comissão Europeia considerou que as prioridades deviam ser orientadas para:

- Manter a população rural através de explorações familiares visando a produção de produtos certificados regionais de qualidade;
- Incentivar a pluriactividade através da promoção de empresas de pequena dimensão ligadas ao turismo e/ou artesanato;

- Assegurar condições de vida às populações locais através da criação de infra-estruturas sociais;
- Conservar o ambiente e a cultura, não só por razões ecológicas, mas também porque em conjunto com a agricultura, desempenham papel relevante no desenvolvimento local;
- Promover o espírito empreendedor e apoiar as PME.

Não obstante estas intenções, a realidade actual e as experiências que foram vivendo muitas, senão a maioria, das comunidades e territórios rurais, mostram que aqueles princípios e prioridades não foram seguidos na sua totalidade.

3. A RURALIDADE

Ao falar de ruralidade é importante que se comece por dizer que a **ruralidade** não deve ser vista como um estigma, mas sim como uma qualidade da sociedade humana. O território em si, embora

influencie e condicione, não dita em absoluto o bem-estar nem as expectativas das comunidades. São as relações entre os seres humanos que condicionam as relações entre as comunidades e os territórios.

A ruralidade não é uma condição ou factor contra a civilização; a ruralidade é tão só uma opção de civilização com características próprias. Por outras palavras, a ruralidade, como forma de civilização, é uma virtualidade que se consubstancia na forma criativa e diferenciada de uma comunidade e um território assumir a civilização. Assim sendo, a ruralidade obriga que as comunidades locais **preservem** aquilo que as identifica e promove, e **superem** com criatividade aquilo que as impeça de desenvolver.

Nesta perspectiva, a ruralidade, como património de uma comunidade e de um território, vista ao nível local, adquire a qualidade de recurso endógeno sobre o qual se deverão ensaiar os objectivos estratégicos para o Desenvolvimento dessa comunidade e desse território. De facto, a base de uma civilização é o território e as relações dos indivíduos com esse território. Neste sentido, uma comunidade rural terá tanto mais sucesso quanto melhor souber interpretar as relações com o seu território e conseguir inovar na forma como as desenvolve.

A ruralidade, como produto da complexidade das relações comunidade-território, caracteriza-se por dimensões de diversa natureza: (1) Económico-productivas; (2) Sociais; (3) Culturais; e (4) Ambientais.

A ruralidade obriga que as comunidades locais preservem aquilo que as identifica e promove, e superem com criatividade aquilo que as impeça de desenvolver

Na esfera **económico-productiva**, assume relevante importância, a agricultura. Contudo, a agricultura não pode continuar a assumir o papel que tradicionalmente detinha. A agricultura é necessária mas não suficiente. É preciso que seja acompanhada por outras actividades, tais como o turismo e o artesanato, complementadas por actividades de pequena indústria transformadora orientada para a produção de produtos regionais certificados. Ou seja, é fundamental promover a pluriactividade.

Por outro lado, à excepção de alguns casos muito específicos, a agricultura deverá ter por base a unidade familiar, ser de natureza policultural, integrar formas de sociabilidade e desenvolver articulações inter-sectoriais, próprias da diversidade de ocupações e rendimentos.

O turismo, actividade que pode tomar diversas formas – rural, agroturismo, ecoturismo e de habitação –, pode (e deve) ser complementado sinergicamente por aspectos culturais e ambientais co-

mo sejam património cultural e natural, artesanato, folclore, música e teatro popular, jogos tradicionais, feiras e festas tradicionais os roteiros e cozinha rural. De referir, que para além de todas as complementaridades acima referidas, assume particular importância para a actividade de turismo, a hospitalidade oferecida pelas pessoas do meio rural.

O artesanato que assume também as mais diversas formas, pode incluir-se não só na fileira do turismo como ainda constituir fonte isolada de rendimento através da exportação para outras regiões. A pequena indústria transformadora, na maioria

das vezes de natureza artesanal como é a produção de queijo e de enchidos, desempenha papel relevante desde que tenha a característica de produto regional certificado que ateste não só a sua genuinidade como a qualidade.

Na esfera **social**, ressaltam os modos de habitar caracterizados pela aldeia, os sistemas de entre-ajuda, as cooperativas, as comissões de partes para gerir os baldios, as feiras e os mercados, as mútuas de gado, os fundos de socorro social, as confrarias e irmandades e outras. A solidariedade rural, aspecto natural e tradicional do meio rural, tem como base fundamental a família e a vizinhança, processa-se essencialmente no quadro da actividade produtiva principal, a agricultura, e tem como referência, em muitos lugares, a vivência religiosa. De referir ainda, a questão da medicina popular que ocupa lugar importante na vida social da aldeia, mesmo em locais onde está presente a medicina dita “científica”.

Na esfera **cultural**, para além do artesanato e mesmo de todas as actividades produtivas e sociais acima mencionadas, deve ressaltar-se a riqueza de actividades de natureza cultural, sentido restrito, que se desenrolam nas aldeias rurais. De referir, que a visão do LOCAL como produto do binómio comunidade-território apresenta-se como força promotora da capacidade de interpretação das realidades, de identificação e satisfação das necessidades, e de inovação e criatividade para superar novos problemas e desafios. Assim sendo, a cultura das comunidades rurais remete-nos para a sua identidade.

Na dimensão **ambiental**, não se pode deixar de referir e chamar a atenção para o facto de a *sustentabilidade* dos locais e, por conseguinte, do Planeta ser posta em causa quando o rural se desertifica e quando as sociedades entram em declínio.



A **ruralidade** assume-se assim como pressuposto essencial para o Desenvolvimento de qualquer área rural, designadamente das que se localizam em zonas marginais. Esta “ruralidade” não pode contudo ser assumida de forma passiva quase “museológica”. Para além da sustentabilidade, é imprescindível promover a requalificação das comunidades rurais através da reconstrução do poder local por via da instituição de uma governança local baseada na participação dos habitantes e da comunidade e da afirmação de relações de novo tipo com os poderes circundantes.



ANIMAR O MUNDO RURAL

Célia Lavado *Coordenadora de projectos da Animar
celia.lavado@animar-dl.pt*

Marco Marques *Técnico de projectos da Animar
marco.nevesmarques@animar-dl.pt*

Miguel Amaral *Técnico de projectos da Animar
mr.amaral@animar-dl.pt*

Raquel Gonçalves *Técnica de projectos da Animar
raquel.goncalves@animar-dl.pt*

Tiago Gillot *Técnico de projectos da Animar
tiago.gillot@animar-dl.pt*

OS TERRITÓRIOS RURAIS PORTUGUESES SÃO ACTUALMENTE MARCADOS PELAS MUDANÇAS QUE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DESENHARAM NOVAS REALIDADES E DESAFIOS. À ANTERIOR FORMATAÇÃO DAS ECONOMIAS E SOCIEDADES RURAIS, SEGUNDO O PREDOMÍNIO DA AGRICULTURA, SEGUEM-SE DINÂMICAS ECONÓMICAS E SOCIAIS QUE HOJE CONFIGURAM A EXISTÊNCIA DE DIFERENTES RURAIS. NAS ÚLTIMAS DÉCADAS O DESENVOLVIMENTO LOCAL — E EM PARTICULAR O DESENVOLVIMENTO RURAL — PASSOU A FIGURAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, E AFIRMOU-SE UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO QUE ANIMA INICIATIVAS LOCAIS, SENDO QUE UM NÚMERO IMPORTANTE DE ENTIDADES DA REDE ANIMAR O INTEGRA. COM BASE NESTE PRESSUPOSTO A ANIMAR, ENQUANTO ENTIDADE MEMBRO DA REDE RURAL NACIONAL, PROMOVE QUATRO PROJETOS EM PARCERIA, CUJA CURTA APRESENTAÇÃO PASSAMOS A DESTACAR, SENDO QUE TODOS PROCURAM ANCORAR PROPOSTAS PARA O FUTURO DOS TERRITÓRIOS RURAIS A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DE PRÁTICAS/REALIDADES E DA LIGAÇÃO EM REDE DOS AGENTES LOCAIS QUE AS DINAMIZAM OU NELA PARTICIPAM.



O projeto **ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas**, executado a partir duma parceria entre a Animar, a Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADC Moura) e o Instituto das Comunidades Educativas (ICE), parte da mobilização das organizações e comunidades

locais para a identificação de práticas relevantes e troca de experiências. No centro do projeto está o “Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia”, um documento que pretende contribuir para a definição de políticas públicas para o desenvolvimento em meio rural. Além do diagnóstico da situação actual nestes territórios e da enumeração de alguns princípios gerais, este Programa avança algumas propostas para a intervenção em contexto de aldeia, dirigindo-se às organizações no terreno e às entidades públicas competentes.

O projecto **À Descoberta do Mundo Rural**, elaborado e dinamizado por uma parceria entre o ICE e a Animar, procura identificar, inventariar e caracterizar as práticas de desenvolvimento local em meio rural dinamizadas por actores locais,

cidadãos e entidades em 26 concelhos do país, dando visibilidade às boas práticas e promovendo as iniciativas que se destaquem para a construção de propostas alternativas de desenvolvimento. Foram organizadas visitas técnicas e tertúlias nos territórios de intervenção do projecto, reunindo com associações do terceiro sector e entidades do poder autárquico, reflectindo sobre as práticas de desenvolvimento local em curso, sobre as principais problemáticas e desafios e as diferentes perspectivas dos processos de desenvolvimento local em meio rural, a partir de um conhecimento teórico-prático e do debate do trabalho desenvolvido pelas associações de desenvolvimento local, cooperativas, mutualidades e instituições de solidariedade social (IPSS).



O projeto **Empreender na Fileira das Plantas Aromáticas e Mediciniais (e-PAM)**,

em parceria com a ADC Moura, tem sobretudo um enfoque sectorial, sendo que o seu principal objectivo é contribuir para a criação em Portugal de uma estratégia integrada para a fileira das PAM, articulando e colocando os/as promotores/as em rede a uma escala nacional em estreita articulação com os agen-

tes públicos de maior importância como é o caso do GPP-Ministério da Agricultura, capitalizando desta forma oportunidades e articulando a qualificação do investimento (individual e colectivo), a capitalização de boas práticas, a formação técnica, a concertação estratégica e a proposição de medidas de política.



Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural

Tipo de Intervenção: Desenvolvimento rural

Parceria colaborativa: Entidades Membro da Rede Rural Nacional, INE, Entidade Gestora do PRRN, GPP, IGOT e outras entidades que apoiam o trabalho de aplicação de instrumentos de inquirição e realização de seminários temáticos, nomeadamente: ADRL, ESDIME, CM Castro Daire, CM Vouzela, CM Peniche, ADEPE, entre outras ainda a envolver até terminus do projeto.

O projeto **Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural** desenvolvido em parceria com a Rota do Guadiana, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e o Instituto Superior de Agronomia, pretende observar as dinâmicas em curso no mundo rural do continente, avaliando o seu desenho e implementação, a fim

de contribuir para a definição de uma futura estratégia de desenvolvimento rural e dos consequentes instrumentos de política. No trabalho em curso, estão a ser estudadas oito áreas temáticas (Inovação, Jovens Agricultores, Sistemas Extensivos, Educação para Adultos, Terciário Social, Zonas de Intervenção Florestal, Destinatários e Beneficiários das Políticas e Governança), a partir da análise não só de indicadores estatísticos e aplicação de inquéritos, mas também aprofundando

estudos de caso, interagindo com grupos focais (compostos por pessoas com conhecimentos teórico-empíricos) e recolhendo informação nos territórios, a partir dos diferentes agentes que participam nos seminários temáticos que acompanham o desenvolvimento do projeto. O produto final resultante será um estudo, onde se procurará dar conta dos resultados deste trabalho de investigação-ação, com um forte sentido de atualização da “fotografia” do rural, mas sobretudo propositiva para uma futura estratégia de desenvolvimento rural.

Para mais informação, consulte os seguintes sítios on-line:

<http://www.animar-dl.pt/index/projectos>

www.facebook.com/associacao.animar

<http://www.asas.com.pt>

www.facebook.com/aldeiasustentaveiseactivas

<http://www.descobertadomundorural.com.pt>

<http://www.epam.pt/>



ANIMAR ASSOCIA-SE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER E REITERA O DESÍGNIO DA IGUALDADE COMO OBJECTIVO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE CRISE

A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na intervenção junto das populações e territórios excluídos ou com necessidades de desenvolvimento são um desafio às organizações de desenvolvimento local e de intervenção social e solidária de um modo geral.

Apesar da Constituição da República Portuguesa assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, na esfera social e política, estas continuam a ganhar menos, a ter menos acesso aos lugares de decisão nas organizações, a trabalhar mais horas não remuneradas, nomeadamente no contexto da família e a serem as primeiras a perder o emprego. Por tudo isto, continuam a nortear muito do trabalho de terreno que as organizações da Rede Animar promovem e desenvolvem nos seus territórios de intervenção de Norte a Sul do país, ainda mais quando em contexto de crise vêem as suas situações de desigualdade mais agravadas.

A Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, tem vindo a promover desde 2005, diversos projectos com a sua rede de

organizações associadas, não só no sentido de procurar vias de inovação na resolução de alguns dos problemas acima identificados de extrema importância e gravidade, mas também no sentido de adequar alguns dos seus princípios à gestão das suas organizações. Não apenas porque são uma temática emergente que se vem integrando, numa perspectiva de *mainstreaming*, nas prioridades e preocupações das organizações dentro e fora do universo associativo e da “Economia Social e Solidária” em geral, mas porque são um desafio à aprendizagem organizacional e à incorporação de uma nova cultura no seio das instituições, visando quer os públicos-alvo da intervenção propriamente dita, quer os/as seus/suas técnicos/as, dirigentes e colaboradores/as em geral.

Sendo a Animar uma estrutura nacional, representante de mais de uma centena de entidades, encontra-se particularmente bem posicionada para orientar, enquadrar e articular uma Estratégia de Igualdade no âmbito das Políticas de Desenvolvimento Local.

Do estudo realizado no âmbito de um dos seus projetos – “*A Igualdade de Género como Exercício de Cidadania*”, a Animar constatou que a situação de desigualdade de acesso ao poder que se verifica no meio empresarial, nomeadamente a falta de representação de mulheres nos cargos directivos e as diferenças salariais, repete-se também no movimento associativo que a

Animar representa, ainda que a maioria das pessoas que trabalham neste sector sejam mulheres. Esta situação leva a que a Animar e a sua rede continuem a procurar a adequação de propostas que combatam esta situação, nomeadamente inspiradas na Lei da Paridade, continuando assim a trilhar caminhos para combater estas desigualdades. Deste modo, para além do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, a Animar continua a trilhar caminhos para combater estas desigualdades.

Do conjunto de propostas a apresentar neste domínio, destacam-se desde já o Plano para a Igualdade da Rede Animar, actualmente em curso, e a apresentação de uma recomendação política, que visa a integração da dimensão da Igualdade de Género na constituição de futuras Direcções.

8 de Março de 2012
A Direcção da Animar

POR UMA PAC QUE PROMOVA A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL E A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

Na última década verificou-se uma enorme redução da área cultivada e do número de explorações agrícolas em Portugal. No mesmo período assistiu-se também a uma significativa redução de população na maioria dos concelhos do interior do país e dos respectivos PIB *per capita* e rendimento.

60 REGISTO

Por outro lado, o número de incêndios e a área florestal ardida têm vindo a assumir proporções preocupantes, com fortes impactos negativos na economia, na paisagem e no ambiente.

Considera a Animar que esta situação resulta claramente de opções políticas erradas que ao longo das últimas décadas votaram ao esquecimento a agricultura, em particular a pequena agricultura familiar, e a floresta.

As mulheres têm sentido de modo muito particular o abandono do mundo rural, pela falta de estruturas de apoio à infância adequadas às suas necessidades, situação agravada por condições mais gerais de desfavorecimento, incluindo a falta de transportes públicos. Muitas ficaram excluídas de protecção social por carência de rendimento para pagar as prestações para a segurança social, permanecendo vítimas de uma cultura patriarcal que as impede de ter uma participação cívica e cultural activa.

Está em curso uma importante reforma da PAC que, do ponto de vista analítico, reconhece a necessidade de uma PAC mais justa, que promova uma repartição mais equilibrada das ajudas directas ao rendimento, mais respeitadora do ambiente, que preveja mecanismos para reduzir os riscos, que conceda maiores incentivos à investigação e à experimentação, que reconheça a necessidade de apoios específicos para a agricultura familiar e a necessidade de reduzir a burocracia nos processos de candidatura a ajudas comunitárias.

Contudo, não nos parece que os objectivos preconizados tenham expressão nas medidas que estão a ser propostas. O abandono do conceito do “histórico” no cálculo das ajudas directas não está a ser substituído por critérios que permitam a justa repartição dos apoios, a ajuda forfetária prevista para a pequena agricultura familiar é claramente insuficiente, o conceito de agricultor activo pode deixar de fora um vasto conjunto de agricultores.

Considerando que a agricultura é uma actividade fundamental, não só para a produção de alimentos mas também para a produção de outros bens e serviços, nomeadamente ambientais e culturais, e para a fixação de pessoas nos territórios rurais, entende a Animar que a PAC pós 2013, para contribuir efectivamente para a revitalização sustentável de um país, portanto com maior coesão social e territorial, deverá ter em conta o seguinte:

- As ajudas directas, como apoio ao rendimento dos agricultores, devem ser atribuídas em função de critérios ambientais, níveis de ocupação de mão-de-obra, incluindo a familiar, e natureza dos serviços públicos prestados;
- Todos os agricultores, independentemente de terem outra actividade, deverão ter igualmente direito a aceder aos apoios da PAC;
- A agricultura familiar deve ser alvo de um programa específico de apoio ao investimento;
- Devem ser criadas medidas de

apoio ao funcionamento das organizações de produtores e de desenvolvimento local, de modo a reforçar o movimento associativo e a qualidade dos serviços prestados aos agricultores, produtores florestais e outros protagonistas de iniciativa económica nos territórios rurais;

- Deverá ser assegurada a articulação territorial das diferentes políticas sectoriais, de modo a potenciar os investimentos e, consequentemente, o desenvolvimento dos mesmos;
- Deverá ser incentivada a organização de produtores com fins comerciais;
- Deverá ser desenvolvido um sistema de protecção contra a volatilidade dos preços e de compensação face aos riscos das aleatoriedades climáticas;
- Deverá ser criada uma reserva estratégica de produtos alimentares para assegurar a subsistência das pessoas em tempo de crise ou bloqueios nos mercados internacionais, por problemas de transportes ou outros;
- Deverá facilitar-se o acesso às ajudas através da redução da burocracia e do aumento do acompanhamento técnico por parte das entidades gestoras dos programas.

(Documento aprovado na Assembleia-Geral da Animar realizada em 14/04/2012)

POSIÇÃO DA ANIMAR SOBRE O PROJECTO DE LEI DE BASES DA ECONOMIA SOCIAL

A Animar tem acompanhado o processo de proposição e discussão de uma Lei de Bases da Economia Social para Portugal, a qual, aprovada na generalidade pela actual Legislatura (depois de ter sido rejeitada na anterior), se encontra, neste momento, a ser analisada na especialidade.

Em face da sua importância, a Animar, enquanto rede de organizações, que tem no Desenvolvimento Local, na Economia Solidária, na Democracia Participativa e na Igualdade de Oportunidades (em particular de Género) as suas referências estratégicas, entende dar conhecimento público de alguns comentários a esse Projecto de Lei.

É inequívoca, antes de mais, a importância que a promulgação de uma Lei de Bases da Economia Social e Solidária tem para Portugal, para mais no momento actual, em face dos problemas e desafios que atravessam a sociedade portuguesa (acrescidos pela crise sistémica em que estamos mergulhados) e da importância crescente que as organizações e as actividades de Economia Social e Solidária vêm evidenciando, não só em Portugal, como na Europa e no Mundo em geral. Como aliás vem sendo recomendado por várias instâncias da União Europeia.

Dá ser fundamental que essa Lei se articule com a valorização destes sectores na Constituição

Portuguesa e tenha em conta a diversidade que já é referida, o que não é suficientemente sublinhado.

Uma sua fragilidade resulta, antes de mais, do facto de ter sido preparada sem auscultação às partes interessadas e pertinentes, ou seja às organizações ou redes correspondentes que, na sua diversidade integram a Economia Social e Solidária, cujos interesses e expressões não foram assim directamente tidas em conta. Nem sequer se atendeu à (já) existência de uma régie-cooperativa, resultante de uma parceria público-privada, a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, onde estão representadas seis redes (entre as quais a Animar) destes sectores, nem à de um Conselho Nacional Para a Economia Social, órgão consultivo, junto do Primeiro-Ministro, constituídos pelo anterior Governo.

Só depois de apresentada e aprovada na generalidade é que se verificaram algumas auscultações, de forma não sistemática nem vinculativa.

Por outro lado, não se percebe a razão porque o projecto para a Lei portuguesa é praticamente uma tradução da Lei espanhola, ainda para mais sendo esta reconhecida como uma lei com várias insuficiências e fragilidades e com múltiplas críticas, por parte de organizações e redes de Economia Social e Solidária desse país.

Apresenta, ademais, erros formais (ao misturar fórmulas jurídicas com estatutos de reconhecimento político-institucional e com

designações genéricas, como ONG) e de princípios (ao valorizar o “indivíduo” e não a “pessoa humana”, como preconizam os princípios históricos da Economia Social).

Outra insuficiência do Projecto de Lei apresentado refere-se ao facto de não exprimir nem assumir a grande diversidade destes sectores, que vão para além dos clássicos “sector cooperativo” e “sector social”, uma vez que, nomeadamente nas últimas décadas, passaram a incluir explicitamente actividades e organizações nas áreas da cultura, do ambiente, do Desenvolvimento Local, da cooperação para o desenvolvimento, do comércio justo e das trocas alternativas, entre muitas outras.

Em particular, perde o ensejo de inovar em Portugal com a referência a um dos conceitos e práticas mais em afirmação nos últimos anos, em todo o Mundo, que é o(a) de Economia Solidária, cuja realidade ignora em absoluto.

Teria sido também importante, no momento actual, que a Lei de Bases referenciasse, de forma explícita, quais os papéis e funções que a Economia Social e Solidária tem vindo a desempenhar nas sociedades contemporâneas, como complemento às falhas do mercado e do Estado, mas também como alternativa às lógicas actuais e pilar de um Desenvolvimento Sustentável. Desse modo, teria ficado melhor identificado os seus ADN, evitando-se a possibilidade de interpretações de a sua missão

62 REGISTO

estar associada essencialmente a uma substituição do Estado-Providência.

Tal teria permitido que a Lei contribuísse, de forma clara, para reequacionar as relações entre a Economia Social e Solidária e o Estado (Nacional, Local e Europeu) e as empresas (no âmbito da Responsabilidade Social das Empresas), numa lógica de parceria e co-responsabilização, como base de uma governança partilhada para o século XXI, com assunção clara dos compromissos e das responsabilidades (políticas, técnicas e financeiras) de cada parte.

Na mesma lógica, poderia a Lei de Bases ser a matriz de referência estratégica para as condições e os compromissos de sustentabilidade das organizações de Economia Social e Solidária, dada a natureza dos seus princípios e lógicas económicas, com um peso decisivo da Economia da Dívida e da Reciprocidade não mercantil.

Por tudo isto, esta é uma proposta de Lei de Bases claramente insuficiente e inadequada às condições reais da Economia Social e Solidária em Portugal.

Está, por isso, a Animar disponível para dar o seu contributo para ainda se poder corrigir as fragilidades e insuficiências deste Projecto de Lei, nos planos em que tal for ainda possível.

Maio 2012

(Documento aprovado na Assembleia-Geral da Animar realizada em 14/04/2012)

NOTA DA ANIMAR SOBRE A SUSPENSÃO DE NOVAS APROVAÇÕES DO QREN

Foi divulgado hoje, na página do QREN, uma nota da Comissão Ministerial de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional, relativo à suspensão da aprovação de operações no âmbito dos financiamentos comunitários contemplados por aquele Quadro, sendo congelada a abertura de novas candidaturas e anulados os processos de seleção e aprovação de candidaturas em curso. A mesma nota apresenta algumas excepções à referida suspensão.

As verbas contempladas pelo QREN constituem uma base fundamental do financiamento das atividades promotoras do desenvolvimento que é prosseguido pelas associações de desenvolvimento local (ADL) representadas pela ANIMAR. Na ausência de qualquer tipo de acordo de financiamento entre o Estado e as ADL, o serviço público por estas prestado assenta essencialmente na capacidade que demonstram de mobilizar recursos em procedimentos concursais competitivos, nomeadamente no âmbito do QREN e de programas europeus, e noutras atividades de prestação de serviços indutores de desenvolvimento sustentado. A capacidade de multiplicação dos investimentos realizados, a partir dos recursos assim gerados, tem sido objeto de múltiplas avaliações, que convergem na ideia de que as ações indutoras de desenvolvimento local promovidas

pelas ADL conseguem garantir efetivos processos de realização do bem-estar social, com expressão na capacitação das populações, na promoção do emprego assente em formas de economia solidária, na criação de espaços efetivos de participação social, na coesão social e na inovação dos processos de desenvolvimento.

A decisão governamental, agora divulgada, agrava de forma muito preocupante a difícil sustentabilidade das ADL, profundamente ameaçada pela fragilização da economia, pela retração dos serviços públicos, pelo esgotamento dos recursos locais e pelo empobrecimento das populações. Isto, num momento em que a ação das ADL se constitui, mais do que nunca, como uma imperativa necessidade para a proteção e organização das comunidades locais, na defesa e promoção de condições dignas de vida.

Esta medida é, além do mais, absolutamente incompreensível. O QREN encontra perto de 60% de verbas por utilizar, foram divulgados pela Comissão Europeia condições mais favoráveis na mobilização da componente nacional de financiamento dos projetos e, mais do que nunca, o financiamento público constitui-se como uma imperativa necessidade para a defesa do emprego e para a sustentabilidade dos bens públicos. Para além disso, esta medida transporta consigo uma tradicional, mas antidemocrática, opacidade na administração da coisa pública: não fundamenta as suas opções,

não estabelece prazos de suspensão, não esclarece quais são os programas que contempla nas imprecisas exceções que enumera.

A ANIMAR, em representação dos seus associados, e em nome das comunidades locais, exige a conclusão das avaliações de todas as candidaturas em curso no âmbito dos vários programas do QREN, o imediato descongelamento dos financiamentos já atribuídos, mas entretanto suspensos e a recalendarização dos prazos para novas candidaturas, de acordo com as expetativas criadas e com as linhas estratégicas há muito definidas.

*17 de Maio de 2012
A Direção da ANIMAR*

PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, fundada em Setembro de 1993, é uma associação privada sem fins lucrativos, de dimensão nacional. Esta implantação é assegurada pela localização territorial dos seus associados, intervenção e corpos dirigentes.

A Animar é constituída por mais de 80 associados colectivos e 100 individuais colaboradores de associações de Desenvolvimento Local e Rural, entidades do Terceiro Sector e da Economia Solidária, centros de investigação e

docentes universitários com implantação e intervenção de Norte a Sul de Portugal Continental e Ilhas.

A Animar é uma rede de entidades e pessoas que tem como objectivo principal apoiar e divulgar o Movimento Associativo de Desenvolvimento Local (e também os valores e práticas da Economia Solidária e do Terceiro Sector) potenciando a eficácia da sua intervenção e o seu reconhecimento público e institucional.

Ao longo dos 17 anos da Animar, a par do valor económico gerado pelas iniciativas que envolveram as organizações associadas, na criação de emprego local, da canalização de financiamentos para regiões desfavorecidas, na promoção das regiões e dos seus valores endógenos, aconteceu a consolidação de uma rede de associações, de projectos e de iniciativas que nos permitem afirmar que o desenvolvimento local e a economia social e solidária são oportunidades de futuro e, para o qual, muito contribuirá o voluntariado.

Considerando que a evolução recente das desigualdades e discriminações coloca desafios acrescidos à promoção activa da cidadania nas sociedades europeias contemporâneas, hoje, o movimento de desenvolvimento local que se corporiza na Animar afirma-se por uma intervenção para a integração económica e social e da promoção da cidadania.

É com este propósito que a Animar, através da sua direcção,

apresenta o presente contributo para uma reflexão legislativa sobre o Voluntariado em Portugal, abordando questões de valorização e promoção do Voluntariado enquanto exercício de uma cidadania activa.

LEI DO VOLUNTARIADO SITUAÇÃO

A Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, define as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Embora aquando da publicação desta Lei, nomeadamente, no preâmbulo do diploma que a regulamenta, já se reconhecesse que “o trabalho voluntário representa um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil”, o certo é que cedo também se verificou que esta Lei peca por traduzir uma visão demasiado institucional da realidade do voluntariado, que em certa medida até o desvirtua.

Por isso, é urgente e oportuna a sua revisão, no sentido de permitir por um lado, um enquadramento mais alargado das diferentes expressões e actividades de voluntariado na sociedade, e por outro lado, uma maior valorização deste exercício da cidadania pelo Estado através de um reforço do estatuto do voluntário, em especial do dirigente associativo voluntário.

Não é só junto de instituições públicas que o voluntariado se pratica: sabemos que centenas de horas são dispendidas pelos dirigentes e associados das associações, em particular as de

64 REGISTO

âmbito local, que muitas vezes por se encontrarem localizadas em pequenos meios mais desfavorecidos são o único local que vai dinamizando as populações (mesmos as mais jovens), de modo a envolvê-las e incentivá-las a terem uma participação mais activa na sociedade. Trabalho voluntário este que muitas vezes é feito de modo informal (por exemplo, por jovens com idade inferior a 18 anos ou em associações sem recursos humanos profissionalizados), e não é reconhecido nem valorizado levando à desmotivação e ao descrédito das organizações que para continuarem a desenvolver os seus projectos dependem do trabalho dos seus voluntários.

De facto, e pegando como exemplo diversos programas públicos de financiamento de actividades promovidas pelas associações, é de estranhar que o trabalho voluntário não possa ser contabilizado nas receitas próprias que lhes são exigidas.

Veja-se o seguinte exemplo simples:

- uma associação desenvolve um conjunto de actividades regulares durante o ano que envolvem trabalho voluntário de dirigentes, monitores/animadores e participantes, orçadas em 20 000 €, recebe de apoio do programa público financiador 5 000,00 €, tendo de justificar com comprovativos financeiros o valor total de 20 000,00 €. Sendo o apoio do programa público de 25%, e estando o IVA em 23%, depressa constatamos que o

valor pago pelo programa público, quase que irá na sua totalidade para o pagamento do IVA, que neste caso seria de 4 600 €, tendo a Associação, entre parcerias e receitas próprias de garantir os restantes 75 % da actividade, no valor de 11 250 €.

Perante esta realidade é desmotivante apercebermo-nos que todo o trabalho dispendido pelos voluntários das mais diversas organizações na realização das actividades poderá acabar por ser devolvido ao Estado em forma de IVA.

Assim, é de elementar justiça social que neste “Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que promovam uma Cidadania Activa” se valorize e dignifique este recurso que é o Trabalho Voluntário, começando-se a contemplar o mesmo como uma das receitas próprias de que a organização se pode fazer valer.

Não faz sentido que se continue a menosprezar o voluntariado, nem a importância que ele tem no funcionamento das organizações, arriscando-se mesmo a afirmar que, sem esta maisvalia, o associativismo (enquanto espaço privilegiado de exercício de uma cidadania activa) perderá grande parte da sua identidade.

PROPOSTA

Neste sentido, seria de ponderar a possibilidade do recurso que é o Trabalho Voluntário, ser visto como receita própria de que a organização se pode fazer valer face aos custos a imputar a projectos com

financiamento público, pelo menos em percentagem igual àquela que paga em IVA, enquanto consumidor final.

PACTO FINANCEIRO PARA O ESTADO

Perda de receita fiscal referente ao valor do trabalho voluntário imputado.

IMPACTO FINANCEIRO PARA OS INTERVENIENTES

Imputação do valor dos recursos humanos voluntários como receitas próprias.

IMPACTO SOCIAL

Sinal positivo de promoção do voluntariado e das iniciativas da Sociedade Civil, ao reconhecer o valor do trabalho voluntário com impacto financeiro, permitindo a sua mensuração de forma objectiva, com valor para efeitos do produto interno bruto e com impacto na economia social.

Maio 2012

(Documento aprovado na Assembleia-Geral da Animar realizada em 14/04/2012)